

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2013-2017**-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA UM DE ABRIL DE DOIS MIL E CATORZE.**-----

-----**ATA NÚMERO VINTE**-----

----- Ao primeiro dia do mês de Abril de dois mil e catorze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto, trigésimo sétimo e quadragésimo segundo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva de Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel de Freitas Arruda, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Carlos de Alpoim Vieira Barbosa, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Mariana Rodrigues Mortágua, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo

Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Manuel Medeiros, António José Amaral Ferreira de Lemos, Maria Cândida Cavaleiro Madeira, Carla Rothes, Natacha Machado Amaro, Miguel Martins Agrochão, Isabel Cristina Ruas Pires, Rui Manuel Moreira Vidal Simões e João Diogo Santos Moura. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *à contrário sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Patrocínia César (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Cândida Cavaleiro Madeira. -----

----- Carlos Silva Santos (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Natacha Amaro. -----

----- Miguel Tiago (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Miguel Agrochão.-----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António José do Amaral Ferreira de Lemos. -----

----- Maria Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura. -----

----- Fernando Nunes Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Rui Manuel Moreira Vidal Simões. -----

----- Rosa Félix (BE) informou que suspenderia o seu mandato entre 31 de Março de 2014 e 2 de Abril de 2014, sem ter sido substituída. -----

----- Miguel Reis (BE) informou que suspenderia o seu mandato entre 31 de Março de 2014 e 2 de Abril de 2014, sem ter sido substituído. -----

----- Inês Drummond (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Carla Rothes.-----

----- Artur Miguel Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Manuel Medeiros.

----- Foram ainda justificadas as seguintes faltas dos respetivos Deputados Municipais: -----

----- Deputado Municipal André Couto, Presidente da Junta de Freguesia de Campolide referente à sessão de dia onze de Março de dois mil e catorze. -----

----- Deputada Municipal Ana Páscoa do Grupo Parlamentar do PCP referente á sessão de dia dezoito de Março de dois mil e catorze. -----

----- Deputado Municipal André Couto, Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, referente á sessão de dia vinte cinco de Março de dois mil e catorze.-----

----- Deputado Municipal Telmo Correia referente á sessão de dia vinte seis de Março de dois mil e catorze. -----

----- Solicitaram a suspensão do mandato que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, à *contrário sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do art.º 7.º do Regimento da Assembleia Municipal, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Drago (BE) informou que suspenderia o seu mandato entre 23 de janeiro de 2014 e 23 de Abril de 2014. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Fernando Medina, Duarte Cordeiro, João Afonso, Jorge Máximo, Carlos Castro, Graça Fonseca, Paula Marques, Catarina Vaz Pinto, José Sá Fernandes e Manuel Salgado.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Fernando Seara, Teresa Coelho, João Gonçalves, Carlos Moura, António Prôa e João Bernardino. -----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----

----- Seguidamente referiu que iria dar informações concretas para o modo de desenvolvimento da reunião, referindo que teriam uma sessão de perguntas dos Deputados Municipais à Câmara Municipal de Lisboa num formato previsto no regimento anteriormente, já desde o Mandato da Doutora Paula Teixeira da Cruz mas nunca antes utilizado, sendo que seria utilizado na respetiva sessão pela primeira vez para ser testado. -----

----- Pediu a atenção dos Senhores Deputados explicando que não voltaria a repetir a informação, referindo que o que a Mesa combinou em Sede de Conferência de Representantes, foi que a intervenção seria por ordem decrescente da representatividade dos Grupos Municipais e que no fim de cada Deputado Municipal do respetivo grupo ter feito a pergunta ou as perguntas que entendesse, a Câmara responderia imediatamente com o intuito de ter um debate mais vivo, não se estando á espera do final para obter as respostas da Câmara, explicando que quando cada Deputado Municipal acaba-se de falar daria a palavra à Câmara para responder, o que implicaria da parte da Câmara atenção para ver qual dos Senhores Vereadores responderia, referindo a existência de um quadro criado em coordenação com o Senhor Vereador Duarte Cordeiro, o qual coordena a articulação com a Assembleia Municipal, para identificar quais os Vereadores que responderiam a cada tema, sendo que a resposta seria feito dos respetivos lugares e microfones, existindo um monitor com os respetivos tempos de intervenção na bancada, com o objetivo de poupar tempo com deslocações e usufruir do máximo de tempo útil. -----

----- Informou os Senhores Deputados Municipais que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e o Senhor Vereador Manuel Salgado chegariam um pouco mais tarde, dado que teriam uma audiência às quinze horas com o Senhor Secretário de Estado do Ordenamento e do Território, pedindo que as perguntas que fossem formuladas aos mesmos, só fossem efetuadas quando os mesmos se encontrassem na

Assembleia Municipal para poderem responder, como parte do bom relacionamento institucional entre a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal de Lisboa.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- **A Exma. Senhora Fátima Maria Teixeira Martins do Rego**, residente em Rua Jorge de Sena, nº124-Tardoz, 1750-Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Apresento os meus cumprimentos a todos Exmos. Senhores e Senhoras aqui presentes.-----

----- Resido desde 2006 com o meu filho Bruno Rego, companheira dele e neto adolescente, nas instalações situadas na Rua Jorge de Sena, cento e vinte e quatro em Lisboa. Reside também outra família encabeçada pelo Senhor José Veiga. -----

----- As instalações foram construídas em 1982, data em que a Câmara celebrou um protocolo com a SPOC (Sociedade Portuguesa de obras de construção Lda.) por vinte anos, nos termos do qual esta sociedade podia usufruir do terreno e nele construir as instalações onde resido. Findo o prazo dos vinte anos em 2002, a Câmara não agiu no sentido de a SPOC desocupar o terreno.-----

----- Em 2005 o Senhor Elídio Ribeiro, o meu patrão, comprou a SPOC e do negócio faziam parte as referidas instalações. O Senhor Elídio Ribeiro faleceu em Fevereiro de 2012, a filha, Ermilinda Ribeiro, ocupou as instalações e nela colocou a sede de outras sociedades que materialmente eram do seu pai, arrendou salas, entre outras coisas. -----

----- Em 2012, a então Senhora Deputada Municipal Maria José Pinheiro da Cruz, alertada por um munícipe denunciou a situação à Câmara.-----

----- A Câmara tomou posse do terreno em Março deste ano.-----

----- A Senhora Dona Ermelinda Ribeiro, além do mais, destruiu, retirou fios elétricos das instalações, pelo que as mesmas não têm luz. Tirou portas, gradeamentos. Estou á mais de um mês sem luz. Estive mais de três semanas sem água. Agora tenho água, porque o meu filho, com o contrato comodato celebrou um contrato com a Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (EPAL).-----

----- Atualmente a Câmara é dona e possuidora do terreno. -----

----- Estou preocupada com a situação. Entrei em contacto com a Câmara de Lisboa e enviei um *email* á Senhora Vereadora Dra. Paula Marques, que me respondeu dizendo para eu aguardar o contacto dos serviços. -----

----- Não temos condições financeiras que nos permitam pagar uma renda a valores do mercado. Eu trabalho em *part-time*, pelo que ganho 320 euros. -----

----- Eu peço e requeiro que a Câmara me arranje uma casa, adequada ao meu agregado e com uma renda também adequada á minha situação.-----

----- Até lá, pedia que a Câmara permitisse que eu e a minha família continuássemos nas instalações em que vivemos, mas há o problema da luz elétrica. -----

----- Pronto, aguardo que a câmara me dê uma resposta e que seja positiva. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente** agradeceu a intervenção da Munícipe e informou que a Mesa tomou providências com o intuito de que a Munícipe fosse atendida no imediato por um Senhor Assessor da Senhora Vereadora Paula Marques, uma técnica da

Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social e outra da Gebalis, convidando-os a dirigirem-se para a saída frontal para atenderem a munícipe no local. -

----- Explicou aos Senhores deputados para que compreendessem, que a Mesa providenciou esse atendimento no local, ao tomar conhecimento do tema, pois os Senhores Vereadores teriam de continuar a seguir a sessão, impossibilitando-os de se ausentarem da mesma. -----

----- Entretanto chamou pelos oradores inscritos Senhora Vanda Cristina silveira e Senhora Carla Cristina Cabral, as quais não se encontravam presentes. Foi dada ordem aos serviços da Assembleia Municipal para que se as munições chegassem entretanto, que as mesmas fossem encaminhadas, para os mesmos técnicos que estavam a atender a Senhora Fátima Rego, dado que as questões que tinham, também eram relativas a habitação, evitando assim, o adiamento da sessão e permitindo que as mesmas expusessem os seus casos, se entretanto comparecessem. -----

----- Foi explicado que havia uma oradora inscrita para efetuar perguntas à Câmara, à qual foi explicado, que nesta data as perguntas à Câmara seriam feitas pelos Senhores Deputados Municipais, não tendo assim a munícipe comparecido. -----

----- Disse que antes de entrarem nas questões em concreto, havia em primeiro lugar, uma ata para aprovar, a qual era importante e relativa à última sessão do debate temático da Colina de Santana, referindo que gostava que a mesma fosse aprovada pela Assembleia, antes de ser incluída no relatório final. Foi chamada a atenção aos Senhores Deputados Municipais que a respetiva ata continha dois anexos que não foram distribuídos, mas que, por serem importantes a Senhora Presidente deu ordens para anexar.

----- De seguida submeteu à votação a ata número dezassete, do dia onze de Março de dois mil e catorze, tendo a Assembleia Municipal decidido **aprová-la por unanimidade**. -----

----- Referiu que todas as atas do debate temático, já tinham sido aprovadas por unanimidade e seriam formalmente integradas no relatório final. -----

----- Disse que estava na mesa uma questão que era normalmente colocada em prioridade, que era um voto de pesar apresentado pelo CDS/PP, o qual mandou distribuir por todos os grupos, pelo falecimento de Fernando Augusto de Almeida Ribeiro e Castro que era o presidente da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas. -----

----- Questionou se algum Senhor Deputado Municipal queria intervir. -----

----- Há falta de intervenções, pediu ao Senhor Secretário da mesa para ler o voto de pesar. -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário** leu o seguinte Voto de Pesar: -----

----- **Voto de Pesar pelo Falecimento de Fernando Ribeiro e Castro** -----

----- *“Fernando Augusto de Almeida Ribeiro e Castro morreu a 20 de Março de 2014, aos 61 anos de idade, em Lisboa, a mesma cidade que o viu nascer, a 31 de Maio de 1952.* -----

----- *Personalidade incontornável da sociedade portuguesa, Fernando Ribeiro e Castro foi um homem de firmeza nas suas convicções, e em valores como a*

generosidade e o humanismo. A sua dedicação à causa pública, que o destacou como figura notável da sociedade portuguesa, inspirou todos os que com ele contactaram, assim marcando para sempre a vida de muitos portugueses. -----

----- Escolheu, em jovem, a carreira militar e foi um respeitado e estimado oficial de Marinha e Engenheiro Construtor Naval. Aluno brilhante e distinto, licenciou-se em Ciências Militares (ramo Marinha), em 1973, na Escola Naval do Alfeite, especializando-se mais tarde, em 1976/79, em Arquitetura Naval e Engenharia dos Oceanos no Massachusetts Institute of Technology, de Boston. -----

----- Foi às Forças Armadas, na Marinha, que dedicou as primeiras décadas da sua vida adulta. Foi imediato do Navio Patrulha "Rovuma" (1973 – 1976), foi Chefe do Serviço de Estruturas da Direção de Manutenção (1979 – 1981) e foi Chefe da Divisão de Estudos e Projetos do Arsenal do Alfeite (1988 – 1992). -----

----- Foi professor da Escola Naval. Durante muitos desses anos, lecionou várias cadeiras, partilhando com tantos os conhecimentos que adquirira no M.I.T. nos Estados Unidos. Foi condecorado com a Medalha Militar de Comportamento Exemplar (Prata) e a Medalha Militar de Serviços Distintos (Prata). -----

----- Unicamente por incontornáveis imperativos familiares foi condicionado a ter de sair da Marinha, em 1992 no posto de Capitão-de-Fragata. Esta contingência, que marcou um profundo desgosto pessoal, não alterou a sua maneira de ser e de trabalhar e nunca quebrou, nem o fez desistir da sua paixão pelo mar e de uma profunda identificação com as suas gentes. Soube, aliás, reconhecer e aprofundar o potencial estratégico do Mar para o desenvolvimento da economia portuguesa. -----

----- Lutou arduamente por essa causa. Esta sua dedicação levou-o a Secretário-Geral do Fórum Empresarial da Economia do Mar, em 2010, tendo através dessa associação de empresas deixado ao país um importante património de mobilização e de reflexão sobre o sector. Foi ouvido algumas vezes na Assembleia da República, em comissão parlamentar, na sequência de petições ou doutras iniciativas, dando, junto com outros companheiros do sector, o seu experiente contributo à reflexão estratégica sobre as políticas públicas de Portugal no domínio do Mar. -----

----- Foi, no entanto, na defesa de outras causas que mais se distinguiu. Presidente da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN), que fundou em 1999 com a sua esposa, bateu-se sempre e determinadamente pela promoção da natalidade e pela defesa de melhores condições para todas as famílias que fossem, ou quisessem ser, numerosas. -----

----- Homem de uma profunda e inabalável fé conduziu toda a sua vida, incluindo a sua ação social e política, de acordo com os valores da democracia cristã e da Doutrina Social da Igreja. E, como tal, em momentos de grande significância política, aliou a sua voz a importantes debates acerca do futuro da sociedade portuguesa. -----

----- Ao longo de uma vida consagrada à causa pública, foram muitos os que, pela sua perseverança e altruísmo, se sentiram inspirados e não esquecem o contributo daquele que foi um patriota e um cidadão exemplar. -----

----- Uma vida cheia de entrega à causa pública não pode senão deixar uma marca que perdura para além da vida. Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida

em 1 de Abril de 2014, presta homenagem ao cidadão, guarda um minuto de silêncio em sua memória e endereça à sua família as mais sentidas condolências.”-

----- **A Senhora Presidente** submeteu à votação o **Voto de Pesar por Fernando Ribeiro e Castro**, tendo a Assembleia Municipal deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Seguidamente, a Assembleia Municipal prestou um minuto de silêncio em memória de Fernando Ribeiro e Castro.-----

----- **A Senhora Presidente** recordou, que os temas sobre os quais os Senhores Deputados Municipais queriam interpelar a Câmara foram enviados através dos seus Grupos Municipais ou dos Deputados Municipais Independentes, tendo o Senhor Vereador Duarte Cordeiro e o Senhor Presidente da Câmara, distribuído pelos Vereadores responsáveis por responder.-----

----- Recordou ainda como se iria processar a sessão de perguntas à Câmara, de acordo com o que foi decidido em conferência de representantes.-----

----- Explicou que o tempo total para a sessão seria de quatro vezes o “*Período de Antes da Ordem do Dia*” (PAOD), nomeadamente de quatro horas totais.-----

----- Informou que existiam os relógios laterais com os tempos de cada partido e ainda com os tempos da Câmara.-----

----- Como o tempo para a Câmara responder era reduzido, tendo em conta que seriam nove ou dez forças políticas a questionarem, a Senhora Presidente comunicou que ficou decidido que a Mesa aceitaria e pedia transferências de tempo para quem não o quisesse utilizar, de modo a permitir à Câmara responder a todas as perguntas.-----

----- Esclareceu que a ordem de intervenções seria efetuada por ordem decrescente de representatividade. Cada partido inscreveria os Deputados Municipais que entendesse, falaria um de cada partido na primeira ronda e haveria as rondas que fossem necessárias, para que se esgotassem todas as intervenções.-----

----- Ficou acordado que quando um Deputado Municipal colocasse uma questão a Câmara responderia de imediato, cabendo à Câmara definir quem seria o Vereador ou os Vereadores que responderiam à questão de imediato.-----

----- No caso de algum Deputado Municipal não se sentir satisfeito com a resposta, poderia numa ronda posterior voltar a insistir com a pergunta ou efetuar algum comentário, mas não poderia interromper o sistema de inscrição/partida/partido delineado.-----

----- Concluiu que teria de se analisar o decurso da sessão, tendo em conta que era a primeira vez que se usava este formato e que o mesmo teria de ser feito trimestralmente, podendo-se alterar a grelha de regimento após duas ou três experiências, para não ser prematuro efetuar alterações, pois destas sessões não tinha nenhuma experiência, já que ia ser feita pela primeira vez.-----

----- Informou os Senhores Deputados Municipais que podiam falar das tribunas e os Senhores Vereadores dos seus lugares, para assim se ganhar tempo.-----

-----Relembrou, porque alguns Deputados Municipais chegaram mais tarde, que o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador Manuel Salgado, não estariam presentes antes das quatro e meia, cinco horas, pois tiveram uma audiência com o

Senhor Secretário de Estado do Ordenamento e Território, a Senhora Presidente pediu que se algum Deputado Municipal tivesse alguma questão a qualquer um deles, para as fizessem quando os mesmos estivessem presentes. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Laje (PS)** no uso da palavra referiu que a reforma administrativa da Cidade de Lisboa era uma realidade e que o Partido Socialista fazia da mesma um balanço positivo. -----

----- Questionou a Câmara Municipal de Lisboa sobre qual o balanço que a mesma fazia sobre a reforma administrativa em curso.-----

----- Questionou se haveria previsão de uma segunda fase de implementação da reforma e qual a perspectiva da Câmara relativamente á segunda fase da reforma em curso. -----

----- Referiu que a Câmara ficou de enviar à Assembleia Municipal um relatório a respeito da reforma até trinta e um de Março, mas, considerando que era a primeira vez que tal documento teria de ser enviado, tinham uma clara noção e amplitude em relação a esse facto, mas questionou para quando o envio à primeira e à quinta comissão do relatório previsto. -----

----- Para concluir, referiu que tinham a noção que a reforma administrativa da cidade tratava-se de um processo complexo e demorado, mas que foi finalmente implantado e bem, e que sempre foram favoráveis ao mesmo.-----

----- Questionou se foram encontrados problemas e quais as soluções adotadas para os mesmos. -----

----- **O Senhor Vereador Fernando Medina** no uso da palavra recordou que na última vez que a reforma administrativa foi discutida na Assembleia Municipal, o ambiente era tenso, receoso e angustiante, pelo temor de muitos em relação à concretização da reforma administrativa, o receio dos que a defendiam e a certeza dos que se opunham à mesma, relativamente ao sucesso do processo. -----

----- Referiu que poucas semanas ou meses após essa reunião e a assinatura dos autos de transferência, estava na altura de se fazer um balanço, e que na sua opinião esse balanço, sobre esse processo naquele momento, foi de que as coisas correram francamente bem, francamente melhor, dada a complexidade da tarefa e que apesar das dificuldades normais, inerentes e que acompanham um processo de tal complexidade, um processo que não foi, em décadas, sequer tentado quanto mais concretizado nesta amplitude, mas que, apesar das dificuldades a avaliação que se podia fazer, quer Câmara, quer Juntas de Freguesia, mais diretamente envolvidos neste processo, era um balanço claramente positivo.-----

----- Prosseguiu afirmando que poucas semanas depois da assinatura dos autos de transferência de competências e do início da efetivação no terreno de uma parte muito significativa da reforma administrativa, a qual, envolveu a transferência de mais de mil trabalhadores da Câmara Municipal e cerca de duzentos prestadores de serviços, traduzido na passagem da gestão integral de espaços verdes, de manutenção de espaço público, de escolas, de equipamentos desportivos, de equipamentos culturais e de todo o serviço de limpeza e varredura, o balanço que se podia fazer era francamente positivo. Que resultou, não só do conjunto de decisões que a Câmara e a Assembleia

Municipal tomaram, nomeadamente em relação às garantias no processo de transição, mas, fundamentalmente no trabalho que os Presidentes de Junta foram fazendo na preparação e implementação desta reforma. -----

----- Referiu que se denotou que a capacidade de direção das novas equipas sobre os recursos humanos existia, estava estabelecida, que o serviço público na cidade não sofreu qualquer rutura, não sofreu qualquer perturbação em relação ao exercício das funções fundamentais e que mesmo havendo dificuldades, problemas a resolver, situações diferenciadas relativamente ao território da cidade, o balanço que se podia fazer no global era amplamente positivo. -----

----- Continuou, afirmando que o processo não se encontrava concluído, estava em curso o processo de seleção e de cobertura ao pessoal de suporte e ao pessoal acesso a funções não diretamente territorializadas a partir da Câmara Municipal. Era um processo complexo, exigente, que se pretendia acima de tudo que assentasse numa relação de voluntariado e de escolha por parte das Juntas, do pessoal que iriam selecionar e com quem iriam trabalhar, mas, estavam otimistas relativamente ao desenvolvimento do processo. -----

----- Estavam a introduzir os mecanismos que permitissem ser bem-sucedidos, nomeadamente um maior conhecimento mútuo entre as Juntas de Freguesia e os recurso humanos, técnicos superiores e assistentes técnicos, que iriam aí desempenhar as suas funções. -----

----- Afirmou que mantinham como prazo previsto para a conclusão deste processo o mês de Junho, onde a par da transferência do pessoal de suporte, se daria a efetivação completa da passagem das funções de licenciamento de espaço público, que embora já fosse competência das Juntas, continuava a ser exercida pela Câmara Municipal. -----

----- No referente à avaliação, os relatórios de avaliação que a Câmara contava apresentar à Assembleia Municipal, eram naturalmente relatórios bem mais detalhados que um simples enumerar de passos e de ocorrências, pretendiam incluir uma avaliação do processo e da adequabilidade do mesmo, sendo que, como os autos de transferência só foram assinados em Março, em tempo breve e oportuno, estaria disponível na Assembleia a primeira versão ou edição desse relatório de acompanhamento. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Barbosa (PSD)** no uso da palavra disse que como era do conhecimento público e dos presentes na Assembleia Municipal, que o Governo pretendia privatizar o Metropolitano e a Carris. -----

----- Questionou ao Sr. Vice-Presidente, qual o papel que a Câmara efetivamente pretendia desempenhar nessa discussão, qual o papel que queria tomar nessa decisão. Se queria ser concessionário, se queria ser gestor do contrato, se queria subcontratar, se queria ser parceiro, enfim, se queria ser concessionário direto por transferências de competência ou se queria ou não ir a concurso com os privados?-----

----- Referiu gostar de saber, efetivamente depois da resposta do Sr. Vice-Presidente da Assembleia Municipal, se já tinham estudos económico-financeiros sobre este assunto, pois como o Sr. Vice-Presidente saberia, a privatização da Carris e do Metropolitano, implicaria a seguir a essa privatização ao concessionário, uma série de

investimentos não só em material, como numa série de outras obras das quais era necessário haver conhecimento. -----

----- Disse que se por acaso a Câmara já tivesse estudos sobre essa situação, que gostariam de os conhecer e que os mesmos fossem tornados públicos. -----

----- **O Senhor Vereador Fernando Medina** no uso da palavra elucidou que a informação do Governo era que abandonou a intenção da privatização do Metro e da Carris. Por essa razão, o processo que o governo encetou, tendo colocado de parte o cenário da privatização, foi lançar um processo de consulta, dirigindo um questionário a todos os operadores potencialmente interessados sobre de que forma é que entendiam que a concessão da gestão, ou de partes ou de outras modalidades, poderiam ser definidas e equacionadas. -----

----- Disse que gostava de ser claro, de que o Governo tinha mantido a Câmara Municipal informada e que conhecia a pretensão da Câmara relativamente à gestão do sistema de transportes, mas que naquele momento, não existia uma decisão clara do modelo que iria ser seguido.-----

----- Informou que o Governo estava a analisar a resposta que os vários operadores terão dado face à situação, mas que, ainda existia uma grande indefinição e incerteza quanto ao modelo que iria ser seguido. Não se sabia se iria ser feita uma concessão única, ou separada, ou se uma gestão única ou separada. Não era claro em relação à gestão da dívida existente nas empresas, se ela era totalmente assumida ou não, sendo que uma delas integrava o perímetro da administração e a outra não. -----

----- Concluiu que resultou disso que havia um conjunto de incertezas, que ainda não tinham resultado claro e que o Governo ainda não tornara claro, relativamente ao modelo que iria avançar, sendo que nessa medida a Câmara não tinha estudos económicos para opções em que naquele momento não era possível fazê-los, para além da informação que era pública que era relativamente à gestão das empresas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra disse que na sequência da transferência para as Juntas de Freguesia, o número de Cantoneiros de Limpeza, cerca de trezentos aptos para a remoção, que restaram na CML, era nitidamente insuficiente para a remoção de resíduos.-----

----- Disse que se aproximava o período de férias em que a situação se agravaria e que diariamente havia circuitos que não se realizaram e outros que ficaram por terminar. A CML já teria recorrido às Juntas de Freguesia, pedindo quatro Cantoneiros a cada uma, para irem para os carros de remoção e nem todas cederam. -----

----- A CML tentou safar-se da recolha de monstros e sacos do lixo, junto dos ecopontos.-----

----- Havia Juntas de Freguesia que devido à pressão dos Fregueses pediram carros, disponibilizando os seus Cantoneiros. Havia aqui uma tentativa por parte da CML, de empurrar para as Juntas de Freguesia, competências que não lhes foram conferidas pela Lei 56/2012. Varredura e lavagem.-----

----- Continuou, referindo que estas medidas causaram grandes revoltas nos Cantoneiros que foram para as Juntas de Freguesia.-----

----- Referiu que houve dias em que alguns circuitos, feitos habitualmente com dois homens, foram feitos apenas com um, indo contra o que é recomendado. -----

----- Explicou que a Câmara estava a recorrer aos trabalhadores com contratos de emprego e de inserção, cerca de dezasseis, para efetuarem remoção e que os Cantoneiros que ficaram na CML estavam instalados em postos sobrelotados. -----

----- Disse que estava afixada na garagem, uma circular da Direção de Limpeza Urbana, para que os circuitos fossem obrigatoriamente terminados, independentemente da hora. O trabalhador só era obrigado a fazer duas horas extraordinárias por dia, aqui ficava a contradição. -----

----- Sublinhou que o presidente António Costa remeteu para mais tarde a abertura de concursos de admissão de Cantoneiros de Limpeza, e que o Vereador Duarte Cordeiro dizia que estava a identificar os problemas, reorganizar os circuitos, estender a aplicação do Plano Municipal de Resíduos, e mais à frente, a estudar a criação de serviços intermunicipalizados. Referiu ainda que a DMAU dizia estar a fazer o levantamento da situação para apresentar. -----

----- Afirmou que o Executivo tinha de assumir a responsabilidade política, uma vez que decidiu o reforço de pessoal nas Juntas de Freguesia, não precavendo meios suficientes para prosseguir com a recolha de resíduos sólidos. -----

----- Questionou quais as medidas que iriam tomar e quando abriria o concurso de admissão de Cantoneiros? -----

----- Perguntou sobre o programa de recuperação do Pavilhão Carlos Lopes, que foi elaborado em Setembro de dois mil pelo gabinete técnico de adaptação e valorização do pavilhão, sobre a responsabilidade da vereação do PCP. Disse que o estudo prévio definia uma sala principal para espetáculos desportivos e culturais, adaptável a diversas modalidades desportivas, um núcleo de salas de média dimensão para fins desportivos e culturais, um núcleo de salas de investigação e apoio ao desporto bem como áreas de apoio às coletividades. -----

----- Explicou que o desenvolvimento do estudo prévio, elaborado no período da coligação, foi interrompido durante o mandato de Santana Lopes, tendo sido agravada a degradação do pavilhão a partir de dois mil e três, quando o Vereador Pedro Feist decidiu proceder ao seu encerramento, deixando de ser feitas quaisquer obra de manutenção periódica, indispensável ao funcionamento do pavilhão. -----

----- Declarou que com a garantia do financiamento desde dois mil e três, a partir das verbas provenientes do licenciamento do Casino de Lisboa, foram retomados vários programas de estudos prévios, que não lograram qualquer concretização. -----

----- Afiançou que já no mandato de António Costa em dois mil e sete, foi aprovada uma proposta apresentada pelos Vereadores do PCP, que também não foi cumprida, assim como a proposta que lhe sucedeu, que teve o voto contra do PCP, apresentada pelo Senhor Vereador Marques Perestrelo, autorizando ali a instalação do Museu do Desporto, intervenção que seria protagonizada pelo Estado. -----

----- Mencionou que em Junho de dois mil e doze foi aprovada uma proposta da autoria do Senhor Vice-Presidente da Assembleia Municipal Manuel Salgado e do Senhor Vereador Manuel Brito, para abertura de um concurso público internacional

para a concessão da exploração do Pavilhão Carlos Lopes, com os votos contra do PCP, sendo que, com efeito em Julho de dois mil e treze, depois de várias peripécias, foi excluída do concurso a Fundação de Solidariedade Social Aragão Pinto, a única proposta apresentada.-----

----- Expôs que o pavilhão encontrava-se em elevado estado de degradação e veio a público, pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, em declarações à comunicação social, que a CML tinha planos para lhe dar nova vida até ao fim do mandato, criando simultaneamente um pavilhão de desportos e centro de congressos.-----

----- Finalizou, afirmando que para o PCP, o Pavilhão Carlos Lopes pertencia aos munícipes, a todos os desportistas de Lisboa e devia continuar ao seu serviço, recuperado e valorizado para o desporto e para a cultura, questionando o que se passou e qual seria o destino do Pavilhão Carlos Lopes. Se seria entregue a privados e quando voltaria ao serviço do desporto, da cultura e da população da cidade. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que o Senhor Deputado Municipal colocou duas questões diferentes, uma relacionada com a transferência de trabalhadores na área da higiene urbana e a outra relacionada com o destino do pavilhão Carlos Lopes, que seria respondido pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, pedindo por isso autorização ao Senhor Deputado Municipal para que os serviços fotocopiassem a pergunta para que o Senhor Vereador lê-se quando chegasse e pudesse assim responder, dando a palavra ao Senhor Vereador Duarte Cordeiro para responder à primeira pergunta formulada.-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra, respondeu à primeira questão colocada pelo senhor Deputado Municipal Modesto Navarro, dizendo que em primeiro lugar e em jeito de graça, o Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro deu as respostas da Câmara, às suas próprias perguntas e na sua própria intervenção, sendo que em certa medida, não eram tão exatas como as respostas do Senhor Vereador seriam, elogiando-o, pois não estavam muito longe da sua própria resposta.--

----- Transmitiu que efetivamente no que dizia respeito às questões da transferência de competências na área de higiene urbana, como o Senhor Deputado Municipal saberia e muito bem, pois estaria completamente informado e a sua resposta denotou isso, que já tinham tido oportunidade reunir com os sindicatos e com as Juntas de Freguesia, para fazer um pequeno balanço do que foram as primeiras semanas de implementação da reforma.-----

----- Afirmou ser absolutamente natural, que uma reforma desta dimensão e com esta complexidade, obrigasse a ajustamentos do lado da Câmara Municipal e do lado das Juntas de Freguesia, não lhe parecendo, sendo que, era a informação que tinha sido dada a todas as pessoas, a todas as entidades, que existiria tempo suficiente para tirar todas as conclusões que o Senhor Deputado Municipal tomou, sendo que estavam serenamente a fazer uma avaliação. -----

----- Referiu que a situação à qual o Senhor Deputado Municipal fez referência, da solicitação dos trabalhadores foi excepcional, já tinha sido referenciada junto dos sindicatos e que não lhe pareceu que se voltasse a repetir. -----

----- Aludiu que quanto ao restante o Senhor Deputado Municipal, disse e muito bem, que estavam a avaliar de que forma podiam fazer um melhor ajustamento, de forma a não criarem perturbações junto dos trabalhadores. Sendo um processo em maturação, o Senhor Vereador, esperava que com calma, num processo participado e ouvindo todas as entidades pudessem chegar a conclusões em conjunto, para que este processo fosse realizado de forma serena e pacífica, não lhe parecendo, que tivessem maturidade e tempo suficiente para assumirem determinadas conclusões.-----

----- Explicou em relação ao Pavilhão Carlos Lopes, que o Senhor Vice-Presidente da CML poderia responder.-----

----- Referiu que em relação a possíveis aberturas no que dizia respeito a essa matéria, também achou prematuro, a consideração de qualquer momento para tomada dessa decisão.-----

----- Concluiu que tinha consciência, que havia conjuntos de trabalhadores em vias de aposentação, mas que, era a única observação que tinham em relação a essa matéria e que a seu tempo, em relação a essa matéria poderiam assumir decisões.-----

----- **O Senhor Vereador Fernando Medina** no uso da palavra adiantou a respostas em relação ao pavilhão Carlos Lopes, afirmando que não existia, nenhuma decisão tomada em relação ao Pavilhão Carlos Lopes, mas sim uma intenção que estava em estudo, de efetuar o aproveitamento da infraestrutura do Pavilhão Carlos Lopes, para a possível localização e utilização de um centro de congressos em Lisboa. Projeto que tinha sido amplamente debatido, para colmatar a necessidade que a cidade tinha, num determinado segmento particular da indústria de congressos, na casa dos cinco a seis mil participantes, podendo ter uma instalação capaz de servir a cidade e em particular o centro da cidade, em complementaridade com as outras infraestruturas existentes.----

----- Transmitiu que esse processo estava em estudo, mantendo-se o pavilhão com o estudo da possibilidade dessa infraestrutura nesse local, com a dupla valência também para eventos desportivos, mas que, como referiu, não existia nenhuma decisão tomada, nem quanto à efetivação, nem quanto ao modelo de financiamento, nem quanto a nenhum modelo de exploração e que por isso o que existia, era um projeto em estudo, no sentido de havendo a necessidade reconhecida da cidade relativamente à infraestrutura do centro de congressos, de se poder aproveitar e conjugar a requalificação do Pavilhão Carlos Lopes com a satisfação dessa necessidade.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra disse que estavam a um mês da celebração dos quarenta anos do vinte e cinco de Abril na cidade de Lisboa, sendo que foi com grande espanto que souberam que na anterior sexta-feira, os proprietários ou responsáveis pelo prédio da Rua António Maria Cardoso, onde foi a antiga sede da PIDE-DGS, retiraram da fachada a placa evocativa do que se passou ali, naquela tarde de vinte e cinco de Abril, a morte de quatro lisboetas, Fernando Gesteira, José Barreto, Fernando Reis e José Arruda.-----

----- Afirmou que naturalmente compreendiam que quem geria um condomínio de luxo, no Chiado, lhe incomodava, ter uma placa que evocava a luta, o espaço e o que se passou dentro daquele edifício. Claro que quem queria vender vista do rio, soalho flutuante e casas-de-banho em mármore, queria esconder, que naquele espaço foram

cometidas atrocidades, torturas, foram cometidos crimes contra quem lutava pela democracia. Era portanto importante que a cidade, a Assembleia, pudesse fazer uma defesa da memória coletiva de Lisboa, sabendo também, que quando discutiam na Assembleia outros assuntos, como discutiram anteriormente durante várias semanas a Colina de Santana, estavam também a discutir a memória da cidade, o seu património, o que se passou naqueles conventos, naquelas cercas e quando faziam a defesa daqueles espaços, faziam a defesa da memória coletiva e portanto era importante, que a Assembleia Municipal de Lisboa e a própria Câmara se desdobrassem em iniciativas para comemorar as quatro décadas da Revolução do Vinte e Cinco de Abril, que se percebesse o que é que se passou naquele condomínio de luxo da António Maria Cardoso, quisessem ou não que se soubesse o que se passou naquele espaço. -----

----- Informou que apresentaram à Câmara um requerimento, referindo que eventualmente não estariam preparados para tal, pois o mesmo não foi apresentado como uma das perguntas à Câmara na sessão de hoje, e que entregariam na Mesa da Assembleia um requerimento, para saber se a Câmara tinha conhecimento de que esta placa foi retirada e o que tencionava fazer. -----

----- Concluiu que acharam importante, relevante, que num momento em que toda a Europa, o ascenso de partidos profundamente fascistas, como a Frente Nacional, que ganhou dez municípios em França, com uma posição revisionista e negacionista, do que foi o passado fascista, autoritário da Europa. Era importante que não se apagasse a memória, do que se passou na cidade e do que representava aquele prédio na António Maria Cardoso. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que a mesa chamava a atenção, como antes referido pelo Senhor Deputado Municipal, que embora o tema não estivesse inscrito para a sessão de perguntas, a Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto poderia adiantar algo em relação à questão, mas que depois seria dada resposta ao requerimento quando o mesmo desse entrada na mesa. -----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto,** no uso da palavra, transmitiu que a Câmara tinha sido alertada, na sexta-feira anterior, sobre o desaparecimento da placa evocativa das vítimas da PIDE e rapidamente foram encetados procedimentos e diligências para averiguar o que tinha acontecido, foram contactados todos os condóminos e pelo que pareceu a placa tinha sido roubada. Foi feita uma participação à Polícia Judiciária e a Câmara Municipal estava a tratar da recolocação da placa e esperava que em quinze dias fosse colocada uma nova placa que estava a ser construída. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra referiu que o CDS na primeira sessão do mandato, dedicada a questionar o executivo camarário, voltaria a colocar algumas questões colocadas no mandato anterior, afirmando que se nalguns casos não obtiveram resposta, noutros as respostas não passaram de promessas não cumpridas. -----

----- Declarou que lhes pareceu lógico, que antes de debater alguns dos problemas que atingiam a cidade, era bom tentar resolver aqueles que a atormentavam há anos e que

já tinham sido várias vezes debatidos e levados pelo CDS à Assembleia Municipal, mas sem obter soluções práticas, concretas e eficazes.-----

----- Transmitiu que, separando por temas, como foi pedido, começaram pelo planeamento urbanístico e habitação social, guardando a questão para o Senhor Vereador Manuel Salgado para mais tarde, portanto a pergunta foi para a Senhora Vereadora Paula Marques.-----

----- Questionou, sobre o Bairro São João de Brito, na Freguesia de Alvalade, alvo de promessas de vários executivos, no que respeita à sua reabilitação e resolução do impasse legal com que se deparava, a paredes meias com o Complexo Desportivo Municipal de São João de Brito, que a Câmara Municipal pretendia converter em campo de râguebi em sequência do orçamento participativo. O bairro não conseguiu até então ser reconhecido como bairro legal, problema que se arrastava há trinta e oito anos. -----

----- Referiu que era uma zona em que os problemas persistiam e em que a Câmara, à exceção da recolha do lixo, não oferecia nenhum apoio e que bastava passar alguns minutos no bairro para perceber essa realidade. -----

----- Mencionou que no anterior mandato colocaram, por várias vezes, essa questão ao Executivo, tendo sido prometido a apresentação de um estudo para a resolução do problema destes municípios, nesse sentido questionaram à Senhora Vereadora Paula Marques, quando é que a Câmara iniciaria um processo de regularização do bairro, nomeadamente reconhecendo-o, dando-lhe o estatuto de AUGI e aproveitavam a renovação do complexo desportivo municipal, delineando um plano urbanístico para a zona que resolvesse as várias condicionantes. -----

----- Declarou que na área do desporto, o CDS voltou a trazer o problema da piscina municipal Batista Pereira, encerrada há vários anos. Que não se conhecia qual o seu futuro e que o seu estado era vergonhoso. O equipamento encontrava-se totalmente ao abandono, repleto de lixo, seringas, resquícios de tráfico e colchões, entre outros. Os equipamentos, desde a piscina, até aos cabos de eletricidade e canalização, foram roubados. Referenciou que era uma situação que perdurava sem que o executivo tivesse uma preocupação de vedar o espaço, mantendo longe o acesso dos cidadãos, em particular de crianças e jovens, dado ser um foco de insalubridade e insegurança. --

----- Afirmou que até então, não foi possível obter respostas conclusivas da Câmara e que esperava obtê-las na respetiva sessão. Referiu que face ao exposto, deixava a pergunta ao Senhor Vereador Jorge Máximo, sobre quais os planos que o executivo camarário tinha para a referida piscina, de modo a que voltasse a servir a população de Lisboa, em particular, a população de Alcântara e Campo de Ourique. -----

----- Em relação à segurança o CDS lembrou a criação do programa Tolerância Zero, referindo, que apoiaram o programa apresentado pelo executivo Socialista e lembraram que o mesmo nasceu da necessidade de aferir e fiscalizar o estacionamento, em segunda fila e em cima do passeio. -----

----- Lembrou que foi através deste programa, que foram transferidos cento e cinquenta agentes da Polícia de Segurança Pública para a Polícia Municipal, embora, no final se tivesse assistido ao desvio dos referidos agentes para outras tarefas, e que,

até meados de dois mil e onze, questionaram os valores baixíssimos de autuações no âmbito do programa e apresentados na informação escrita do presidente. -----

----- Afiançou que enquanto as transgressões em apreço se continuaram a verificar, foi nessa altura que após tanta insistência, o programa tolerância zero se desvaneceu da informação escrita, tendo o CDS apurado então junto da Polícia Municipal, que os dados referentes a essa fiscalização eram diluídos nos restantes dados. Perante esses factos, voltaram a insistir para que a Câmara Municipal os elucidasse das razões que levaram à extinção ou desaparecimento, do programa Tolerância Zero e que medidas alternativas, tinham para implementar de modo a tornar a fiscalização efetiva e eficaz.

----- Referiu que a zona compreendida entre o Corpo santo e o Largo de São Paulo tinha sido fustigada, após o fecho da Rua Nova de Carvalho ora denominada rua cor-de-rosa, pela insalubridade, vandalismo e ruído excessivo no período noturno, o que tinha gerado insatisfação nos moradores, que ali persistiam em manter as suas habitações. -----

----- Lembrou que, da parte do município não se vislumbraram medidas efetivas para resolver a situação, num momento em que se perspetivava o aumento da frequência na zona, com a revitalização dos bares do Cais-do-Sodré e do Mercado da Ribeira, urgia tomar medidas que evitassem o aumento nefasto desses problemas. -----

----- Concluiu questionando, que no anterior mandato foi aprovado em reunião de Câmara, um grupo de trabalho do qual a Assembleia desconhecia, até então, se chegaram a efetuar algum relatório que apontasse ações concretas para a resolução do problema. Nesse sentido questionou a Câmara, que medidas tencionavam adotar para combater esse flagelo. -----

----- **A Senhora Presidente** informou ter a indicação, que a questão sobre o bairro São João de Brito, a Senhora Vereadora Paula Marques poderia adiantar alguma coisa, sendo que o Senhor Vereador Manuel Salgado também tinha competência nessa área, passou a palavra à Senhora Vereadora. -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques,** no uso da palavra, transmitiu que o que podia acrescentar em relação ao bairro São João de Brito, estava relacionado com o que tinha sido feito no anterior mandato e também neste, quer com a associação de moradores quer com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, no sentido de encontrar formas de intervenção no bairro, para melhoria das condições de habitabilidade do existente. -----

----- Afirmou que em relação à questão da situação cadastral, da regularização ou não do bairro, podia acrescentar, embora não fosse da competência do pelouro da habitação e desenvolvimento local e que embora não gostasse de se imiscuir no trabalho dos outros Vereadores, como tinha trabalhado no processo, clarificou que a situação de não consideração do bairro São João de Brito e do Pote de Água como AUGI, poderia despoletar, ao abrigo do que tinha sido feito noutras AUGI, um processo de regularização, relacionado com o condicionamento da localização do Aeroporto, sendo essa a razão ao longo dos anos, pois o condicionamento da Autoridade Nacional Aeronáutica condicionava a possibilidade de atribuição do estatuto de AUGI, para se despoletar o processo de regularização. -----

----- Referiu que a intervenção que houve, nos anos noventa, num conjunto de agregados que foram realojados, cerca de cento e noventa, houve um conjunto de famílias que ficaram e ainda lá estavam, pois não aceitaram como era de seu direito, as propostas de realojamento. -----

----- Concluiu que era um processo de autoconstrução e que estavam limitados pelo posicionamento do Aeroporto, sendo que a única coisa que podia responder ao Senhor Deputado Municipal, era que, quer com a Associação de Moradores, quer com a junta de Freguesia e com o Vereador Manuel salgado, tinham sido equacionadas intervenções específicas no território, para melhoria de condições do existente. -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo** no uso da palavra informou que em relação ao processo da piscina Batista Pereira, iria dar nota de dois aspetos prévios mais relevantes e depois uma explicação mais detalhada. -----

----- Disse que tinha sido um processo declarado como importante, pela presidência da Junta de Freguesia de Campo de Ourique e pelo próprio executivo para a reabilitação, sendo que nesse âmbito já se tinha reunido com o Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique para articularem uma solução para o assunto. -----

----- Afirmou que a informação que tinha era a de que o edifício estava emparelhado e que estranhara ouvir a marginalidade, identificada pelo grupo parlamentar do CDS, mas que iria tomar nota para verificar se existiram atos de vandalismo. -----

----- Declarou que em relação ao assunto o que poderia dizer acerca da evolução do mesmo, depois da reunião que teve com o Presidente da Junta de Campo de Ourique, teve a oportunidade de solicitar aos serviços um detalhe sobre este dossiê histórico, sendo confrontado com uma série de situações que estavam a condicionar a boa evolução do processo, o que faria com que tivessem de se reunir novamente para articularem o processo. -----

----- Explicou que existiam questões relacionadas com uma ligação ferroviária, entre a Linha de Cascais e a Linha de Cintura, que fazia com que existissem problemas de coincidência da parcela onde o edifício estava implementado com a posterior expansão do Plano de Urbanização de Alcântara, sendo que nesse capítulo, qualquer intervenção feita na zona podia vir a ser expropriada, para quando fosse feita a edificação da Linha de Cascais. -----

----- Referiu que não tinha conhecimento se isso iria ser feito ou não e que nesse âmbito, teriam de se reunir com a Refer para saber qual era a perspectiva de desenvolvimento desse projeto, se ia ser feito ou não, pois qualquer projeto que se fizesse naquele sentido, teria que se ter uma noção de qual o projeto da Refer para a área e em consequência agir com uma decisão mais estruturante, de menor dimensão ou com outras soluções alternativas. -----

----- Frisou que era um problema complicado, que teria de ser resolvido, mas que naquele momento, os serviços da Câmara Municipal já lhe tinham apresentado um projeto de reabilitação da piscina em pavilhão. Esse projeto permitia na sua opinião, corresponder às necessidades manifestadas pela Junta de Freguesia, sendo nesse quadro que se iria reunir, para explicar a situação e prever também o acompanhamento da junta de Freguesia nesse dossiê com a Refer. -----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro** no uso da palavra dirigiu-se ao Senhor Deputado Municipal Diogo Moura, dizendo que tolerância zero tinha que se ter sempre e que era um facto que se tinha verificado, que houvera um impulso inicial do ponto de vista de fazer um combate tolerância zero, mas que era um combate que se teria de travar sempre.-----

----- Disse que tinha de referir ao Senhor Deputado Municipal, nessa matéria em concreto, pois era o que estava em causa, que tinha tido a oportunidade de se reunir, dias antes no Porto, com o Vereador da segurança Sampaio Pimentel, e que detetaram um conjunto de problemas em comum, como o Senhor Deputado Municipal sabia, havia uma pecha que o Senhor Presidente da Câmara já tinha detetado e que por inúmeras vezes já tentara colmatar, que era a questão da passagem da parte da brigada de trânsito da PSP para a Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Concluiu que era uma parte do problema, que não resolveria tudo, mas que havia outra em que estavam a trabalhar, no sentido de continuarem com essa política de tolerância zero, pois em muito, passava pelo civismo dos condutores dado que não podiam andar em cada esquina, com uma atitude profilática de educar os condutores, mas que a Câmara Municipal estava a trabalhar no sentido de garantir mais segurança e ao mesmo tempo melhor mobilidade, porque eram dois ganhos em comum.-----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes** no uso da palavra informou que como era do conhecimento público, no final do anterior mandato, nos últimos seis meses, juntamente com o PSD, nomeadamente com o Ex-Vereador, depois Deputado Municipal, Vítor Gonçalves, formaram uma comissão para fazer o diagnóstico, apontar soluções, caminhos, para resolver algumas situações que aconteciam na zona do Cais do Sodré e Bairro Alto referentes ao ruído, mas não só, limpeza, insegurança e estacionamento.-----

----- Disse que aquela comissão, que funcionou com todas as freguesias da zona, mas também, com as chamadas forças vivas que atuavam na zona, fosse moradores, associações de comerciantes, bombeiros, polícia, para tentarem fazer o diagnóstico e encontrarem soluções para o problema.-----

----- Explicou que aquela comissão produziu um relatório, que era público e que foi apresentado em reunião de Câmara, o qual apontou diversos caminhos, sem prejuízo ao longo desses cinco meses, sendo que algumas situações foram posteriormente retificadas.-----

----- Lembrou que ao longo desses cinco meses houve uma maior atuação, com francas melhorias ao nível da limpeza de grafitis. Uma melhor intervenção nos processos de contraordenação, para que os prevaricadores de horários e de excesso de ruído tivessem as sanções devidas. Foram fechados alguns bares que foram identificados como prevaricadores crónicos na zona, ora com a ajuda de moradores, ora com a iniciativa da polícia.-----

----- Afirmou que reforçaram a fiscalização policial na zona. Conseguiram introduzir de uma maneira mais rígida, os horários no Cais do Sodré e apontaram alguns caminhos, que estavam em estudo e que derivavam do facto, de já nesse mandato, ter sido aprovado o Plano de Urbanização do Bairro Alto e Bica, que permitiu tentar

controlar, não só a abertura de novos estabelecimentos, mas também, incrementar as medidas que já essa comissão, previu. -----

----- Disse que a importância da Junta de Freguesia em relação ao controle de horários e abertura de novos estabelecimentos, pareceu ser uma medida positiva, uma vez que ficava mais próxima dos locais, mas também estudaram, e essa é que revestiu dificuldade e por isso o estudo continuou, de saberem até que medida é que podiam proibir a venda de bebidas alcoólicas para fora dos estabelecimentos. -----

----- Explicou que também estavam a estudar a hipótese de não autorizarem a abertura de estabelecimentos com pouca área, pois como era sabido, eram muitas vezes abertos estabelecimentos com áreas de cinco ou dez metros quadrados, sem características de uma casa de bebidas ou restauração. -----

----- Recordou que esses pequenos espaços, o que permitiam, era vender para fora copos de cerveja a eito, sendo isso era procurado impedir, estabelecendo regras claras sobre a dimensão dos estabelecimentos, para permitir que os consumidores bebessem nos estabelecimentos e não na rua. -----

----- Confirmou que estavam a tentar que não abrissem estabelecimentos com este tipo de dimensões, que não eram de facto compatíveis com o próprio comércio e que em termos de concorrência era profundamente injusto, casas que investiam nos mesmos locais, milhares ou dezenas de milhares de euros, para terem as condições de insonorização, de segurança, etc., viam ao lado, abrir este tipo de chafaricas, que de facto não interessavam ao comércio da zona, mas também, era esse comércio que proporcionava o excesso de barulho na rua provocado pelas pessoas. -----

----- Explicou que tiveram de tentar medidas, confessando que nesse aspeto tinham de ser mais sistemáticos na fiscalização, pela própria polícia das aparelhagens. -----

----- Concluiu pedindo desculpa pela demora na resposta, mas lembrou que era um assunto que interessava a todos e que era recorrente, por isso estava a ser exaustivo em todas as questões. No fundo era isso, estavam a trabalhar, aproveitando o Plano de Urbanização, o relatório dessa comissão que foi estabelecida e juntamente com a Junta de Freguesia, estabelecerem uma série de medidas, que tentassem minimizar o impacto negativo que tinham o amontoado de pessoas na rua e o barulho que faziam para as pessoas que moravam ali. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que o novo formato permitia que se conhecesse os diferentes Vereadores e os seus pelouros, sendo uma questão importante, pois havia deputados que não tinham conhecimento sobre todos os vereadores e essas sessões permitiam esse aprofundamento. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra disse que, a propósito da transferência de competências e de recursos humanos da Câmara Municipal de Lisboa para as Juntas de Freguesia, «Os Verdes» sempre alertaram para os problemas graves que a cidade enfrentaria com o desmantelamento de serviços municipais como a limpeza urbana, por exemplo, além do estrangulamento financeiro que iria impor às freguesias e dos problemas concretos que iria criar à população e aos trabalhadores. -----

----- A CML, por seu lado, continuou a insistir na imposição daquele processo, tal como tinha muitas vezes insistido em políticas orientadas pelas sistemáticas tentativas, muitas vezes concretizadas, de contratualização externa e de diminuição de postos de trabalho, reduzindo a atividade e o serviço público da autarquia. -----

----- Com essa transferência de competências e de recursos humanos, vinte e quatro freguesias de Lisboa passaram a ser responsáveis pela limpeza e varredura de ruas, de vários espaços verdes, de equipamentos, escolas, mercados, alguns passeios, e lembraram, cerca de mil trabalhadores que foram transferidos. -----

----- Ora, no dia dez de Março a CML e as Juntas de Freguesia assinaram os autos de transferência, procedendo-se à transição de trabalhadores e equipamentos, e logo começaram a surgir os problemas para os quais «Os Verdes» tinham vindo a alertar. Souberam que a CML pediu às Juntas de Freguesia que cedessem os trabalhadores para que apoiassem na recolha do lixo e que também havia percursos que estavam a ser feitos só por um cantoneiro. Havia problemas com a falta de espaço para acolher os trabalhadores, sendo que nalguns locais os trabalhadores tiveram que voltar a postos, que sendo considerados estruturantes, eram geridos pela CML. Havia falta de condições dos equipamentos, apesar de ter sido aprovada uma recomendação por unanimidade nessa Assembleia, deliberando que os equipamentos só transitariam para as Juntas em perfeitas condições de funcionamento. -----

----- Assim, o Grupo Municipal de «Os Verdes» colocou várias questões. -----

----- Se era ou não verdade que havia equipamentos que foram transferidos para as Juntas de Freguesia sem estarem nas devidas condições, contrariando uma recomendação aprovada nessa Assembleia. Perguntou. -----

----- Se esse facto implicou ou não, um aumento de despesa não previsto para as Juntas. Perguntou.-----

----- Se era ou não verdade que a transição dos trabalhadores deixou a CML com um número insuficiente de trabalhadores, colocando em risco os serviços prestados, razão pela qual a autarquia pediu para que os cantoneiros fossem cedidos para, de novo, trabalharem na recolha de resíduos sólidos a nível municipal. Perguntou.-----

----- Qual era o número exato de trabalhadores que solicitaram voluntariamente a transferência da Câmara, para as Juntas de Freguesia. Perguntou. -----

----- Referiu que a segunda pergunta de «Os Verdes» prendia-se ainda com a questão da descentralização de competências, mas mais especificamente com o sector da cultura, onde se corria o risco de haver uma desarticulação da rede de bibliotecas. -----

----- Disse que, como sabiam, as bibliotecas proporcionavam o acesso à informação e ao conhecimento, constituindo um recurso fundamental para a criação de hábitos de leitura, para a aquisição de informação e para um conhecimento mais amplo da nossa e de outras culturas.-----

----- Com a transferência de competências estava previsto que algumas bibliotecas não estruturantes passassem para as Juntas de Freguesia, embora continuassem a ser geridas no âmbito do Programa Estratégico Biblioteca XXI. -----

----- Contudo, devido às condições de conservação dos edifícios de algumas bibliotecas, poderiam vir a ser as Juntas a fazer o investimento necessário para a sua recuperação. -----

----- Além disso, com esse processo podia-se correr o risco de deixar de haver uma política comum, dando espaço a uma desintegração do funcionamento em rede das bibliotecas de Lisboa, em vez da desejável visão integrada para todo o território da cidade e de uma coordenação que permitisse uma articulação, racionalização, cooperação e partilha de recursos e serviços mais eficazes. -----

----- Também souberam que o Executivo ponderava a possibilidade de uma biblioteca não ser gerida por um profissional com especialização na área, o que levantou algumas reservas ao próprio Conselho Diretivo Nacional da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. -----

----- Perante isto, o Grupo Municipal de «Os Verdes» pretendia saber. -----

----- Primeiro, se a CML pensava mesmo ser possível que uma biblioteca fosse gerida, sem ser por um profissional especializado na área e se analisou essa possibilidade com alguma entidade com competências na definição e gestão de políticas biblioteconómicas a nível nacional. Perguntou. -----

----- Segundo, que meios e funções teriam as Juntas, a partir de então, para gerirem as bibliotecas, se por exemplo, fosse preciso fazer obras num edifício, se era à Junta que cabia pagar essa intervenção. Perguntou -----

----- Terceiro, poderia cada freguesia definir uma política, um programa ou até uma tabela de taxas próprias para gerir a sua biblioteca. Perguntou. Se sim, não estariam perante uma desintegração da rede de bibliotecas, dando razão às inúmeras reservas levantadas naquela Assembleia aquando das discussões sobre este processo. Perguntou. -----

----- Concluiu, se poderia uma Junta vir a concessionar a privados a gestão parcial ou global de um destes equipamentos transferidos da CML para uma Junta. Perguntou. ---

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra respondeu, que à semelhança do que já tinha sido dito sobre o tema da higiene urbana, em primeiro lugar estavam a acompanhar todas as questões da transferência de competências no que dizia respeito à higiene urbana, com as juntas de freguesia e com os sindicatos. ---

----- Explicou, que em segundo lugar, para ser concreto em relação à pergunta feita, todos os postos transferidos para as juntas de freguesia, eram postos existentes, que estavam na Câmara Municipal, que estavam a funcionar, logo tinham problemas, mas que estavam identificados, estando caso a caso, com as juntas de freguesia, a verificar o que se podia fazer para melhorar as condições de trabalho, mas não sendo nada que não estivesse previsto, do ponto de vista do que era o funcionamento da própria Câmara no que era a relação que tinha na área da higiene urbana e com os postos que já existiam. -----

----- Referiu que transferiram postos que usavam e estavam em funcionamento, logo, sobre essa matéria as questões relacionadas com a melhoria estavam a ser analisadas com as juntas de freguesia e com os sindicatos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra explicou que o assunto sobre o qual iam questionar, era o assunto da Cantina Comunitária da Ameixoeira, ou Casa da Cultura da Ameixoeira ou Casa da Cultura Cigana. -----

----- Disse que depois de uma abertura promissora, acontecia que naquele momento, a cantina comunitária estava fechada, supostamente porque houve um vidro que se soltou durante as tempestades no inverno, referindo que se essa fosse a situação real, toda a gente sabia que a cantina já estaria reaberta na altura. -----

----- Referiu que não reabriu e há mais de um mês que estava fechada, sendo que as mais cem refeições diárias deixaram de ser servidas, sendo evidente que quando se falava de rede social, de suporte de uma comunidade, que era uma comunidade com carências, dificuldades bem conhecidas e problemas de exclusão. -----

----- Referiu e questionou que deixarem uma comunidade daquelas, com aquelas refeições por serem servidas, parecia-lhe algo inaceitável e que por ser inaceitável, e ter passado muito tempo, colocaram a questão à Câmara onde pediam a razão real do encerramento, uma vez que não acreditavam poder ser só um vidro. -----

----- Questionou qual a solução encontrada para apoiar as pessoas que necessitavam das refeições, o ponto de situação dos serviços da Câmara responsáveis por esse processo e a previsão de tempo para a reabertura do espaço. -----

----- Mencionou que souberam que existiam movimentos para tornar o fecho da cantina definitivo, e que lhe custava a acreditar que a situação fosse verdade. Disse que existia demasiado investido na freguesia, nomeadamente programas BIP/ZIP, parcerias entre a Santa Casa e outras organizações, inclusivamente internacionais, e que portanto lhe parecia que algo de muito estranho se estava a passar. -----

----- Expôs que tendo em atenção que o protocolo, que foi assinado entre a Câmara Municipal e a antiga Junta de Freguesia da Ameixoeira, já tinha sido violado em vários pontos. Questionou, quando é que a Câmara resolveria o contrato e faria reverter para si própria o cuidado dessas populações, que estavam completamente desamparadas. -----

----- **A Senhora Presidente** chamou a atenção da bancada da Câmara, que de seguida iria falar o Senhor Deputado Municipal do MPT, sobre uma questão de ambiente e que gostaria de ver o Senhor Vereador do ambiente, na mesa dos Senhores Vereadores. -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques,** no uso da palavra, disse que o projeto da cantina comunitária da Ameixoeira era um projeto BIP/ZIP. -----

----- Explicou que não sabia a que movimentos o Senhor Deputado do PAN se referia e que se pudesse especificar, ficaria muito mais descansada. -----

----- Referiu que era um projeto BIP/ZIP que estava a decorrer e naturalmente tinha havido um processo de novo executivo, quer do ponto de vista de quem assumiu o executivo, quer do ponto de vista de reestruturação e de agregação das duas freguesias, Charneca e Ameixoeira, houve um processo de adaptação do novo executivo à realidade que entretanto herdou e os compromissos anteriores também foram herdados. -----

----- Indagou que também houve uma conversa entre a Câmara e o grupo de trabalho do BIP/ZIP, tendo o novo executivo sido sensibilizado para a importância da continuidade daquele projeto e a candidatura estava aprovada, pelo que não havia razão nenhuma por parte da Câmara, nem havia movimento nenhum, havia sim vontade de manter a candidatura do BIP/ZIP ativa. -----

----- Afirmou que a Casa da Cultura da Ameixoeira tinha sido cedida ao antigo executivo da Junta de Freguesia da Ameixoeira. -----

----- Esclareceu que quanto ao encerramento pontual, pela Proteção Civil, no seguimento das intempéries que ocorreram, pela queda de dois vidros numa zona de passagem e de acesso da população, que os colocava em perigo pela cedência das caixilharias, iria durante aquela semana, ser colocado um andaime para serem substituídos, quer os vidros, quer a caixilharia, e das zonas que pudessem vir a provocar algum dano e a não reabertura da cantina, portanto, do ponto de vista da reabertura da cantina as questões limitadoras foram aquelas, as quais iriam ser resolvidas o mais depressa possível. -----

----- Concluiu que quanto à utilização do resto do espaço, o mesmo era muito maior do que a cantina em si e era preciso encontrar, com a Junta de Freguesia, que continuava interessada em dinamizar o espaço para aquela comunidade, uma outra utilização de outra zona da Casa da Cultura da Ameixoeira, mas que a cantina propriamente dita e o projeto BIP/ZIP, não havia movimento nenhum para o fechar, pelo contrário. Elucidou que se fosse preciso encontrar um espaço alternativo para que continuasse a funcionar o projeto BIP/ZIP, podia ter a certeza que a mesma seria a primeira a procurá-lo. -----

----- **A Senhora Presidente** lembrou que a questão da cantina da ameixoeira foi alvo de um requerimento que ainda não tinha obtido resposta. Por isso pediu aos serviços para extraírem a resposta da Senhora Vereadora e pediu à Câmara para verificar se o requerimento 13/2014 necessitava de mais alguma resposta além da dada oralmente na sessão. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** no uso da palavra disse que, na edição dedicada às perguntas a efetuar à Câmara Municipal, gostaria de questionar sobre algumas recomendações que tiveram oportunidade de apresentar em anteriores sessões, na área do ambiente e saber que resposta é que mereciam por parte dos serviços camarários. -----

----- Referiu que a primeira pergunta, estava diretamente relacionada com a recomendação que o seu partido efetuou, na data de vinte e um de Setembro de dois mil e dez, relativo à defesa e promoção de um ambiente saudável e de uma gestão eficaz do espaço público, que foi votada e aprovada por maioria na Assembleia Municipal.-----

----- Lembrou que nessa recomendação o MPT recomendou a imediata adoção de medidas de saneamento, urgentes e eficazes, de forma a travar o crescente estado de abandono a que a via pública se encontrava sujeita, nomeadamente a desinfeção e desratização, das áreas mais suscetíveis e endémicas da cidade. -----

----- Questionou, que volvidos três anos e meio desde a aprovação da recomendação, o que fez a Câmara para desinfestar e desratizar as áreas mais suscetíveis e endêmicas da cidade, pois nas últimas semanas tinham tido vários rumores de surtos de roedores e baratas em diversas zonas da cidade. -----

----- Disse que gostava que dissessem o que é que os serviços camarários tinham estado a fazer ao longo desses anos, para acabar com aquelas pragas. -----

----- Transmitiu que a segunda pergunta que gostava de fazer à Câmara, estava relacionada com algumas notícias que foram veiculadas pela comunicação social, sobre problemas de saúde pública, relacionados com as placas de amianto colocadas em edifícios públicos e que o MPT, já apresentara na Assembleia Municipal sobre forma de recomendação. Referiu tratar-se de uma recomendação que o MPT apresentou e que dizia respeito ao levantamento dos edifícios públicos municipais que continham fibras de Amianto. -----

----- Lembrou que a recomendação em causa, datada de vinte e oito de Fevereiro de dois mil e doze e aprovada por maioria, aconselhava a Câmara a proceder ao levantamento de todos os edifícios municipais, indicando o estado de degradação dos materiais com amianto e a medição das concentrações de fibras respiráveis, de forma a estabelecer um plano de remoção, bem como a constituição de uma comissão técnica para avaliação e levantamento dos edifícios, instalações e equipamentos municipais, com a participação de elementos da Comissão Permanente de Ambiente Mobilidade e Qualidade de Vida daquela Assembleia. -----

----- Disse que em resposta a essa recomendação, o Senhor Vereador Manuel Salgado, enviou a seis de Agosto de dois mil e doze, uma listagem dos edifícios municipais com cobertura de fibrocimento, com indicação das coberturas já substituídas e das que se encontravam por retirar. -----

----- Referiu que nos últimos dias, haviam sido bombardeados com notícias sobre edifícios com a presença de amianto que era apontado como causa de cancro, que tinha vindo a vitimar funcionários e utentes de vários serviços públicos, sendo que uma das notícias surgiu poucos dias antes e relatava a morte de seis funcionários públicos, de entre catorze, que contraíram cancro e trabalhavam bem perto, no mal-famado edifício do IVA. -----

----- Questionou se volvidos dois anos da resposta que o MPT obteve do Senhor Vereador Manuel Salgado, se as coberturas de amianto que em dois mil e doze se encontravam por remover se já tinham sido totalmente retiradas e caso não tivessem, quando se previa a sua total remoção. -----

----- Concluiu perguntando à Senhora Presidente sobre a recomendação número cinco, que o MPT apresentou na Assembleia Municipal a treze de Dezembro de dois mil e onze, para a criação do Prémio Municipal do Ambiente Gonçalo Ribeiro Telles, como forma de homenagear o trabalho desenvolvido na cidade de Lisboa na área da defesa e proteção do ambiente e a constituição de uma comissão técnica para a elaboração de um regulamento, que definia os critérios que garantiam a exiguidade do referido prémio e questionou se a Câmara poderia fazer o ponto de situação sobre esse assunto.

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes** no uso da palavra explicou ao Senhor Deputado Municipal que em relação aos ratos e às baratas, embora já não tivesse essa competência, que nos últimos três anos tinha tido, a única coisa que poderia fazer era enviar um relatório exaustivo sobre a quantidade de ações que a Câmara tinha efetuado no combate a essas pragas, mas que garantia que era um trabalho de grande eficácia, profissionalismo e que de facto não existia uma praga, mas sim, focos como em todas as cidades. -----

----- Disse que na última vez que esteve em Nova Iorque, estava a ler um livro sobre pássaros e que o americano a seu lado o questionou, como descobriria pássaros em Nova Iorque, se a única coisa que lá tinham era ratos e baratas, logo existiam em todas as cidades. -----

----- Explicou que o serviço da Câmara Municipal de Lisboa no combate a essas pragas era de facto muito eficaz, mas que mandariam ao Senhor Deputado Municipal do MPT um relatório exaustivo sobre essa matéria. -----

----- Explicou que em relação ao Prémio Municipal do Ambiente Gonçalo Ribeiro Telles, era sempre bem-vindo um prémio com esse nome e que tinham, como era do conhecimento do Senhor Deputado Municipal, várias homenagens feitas ao mestre Gonçalo Ribeiro Telles, e que o mesmo era grande apoiante do Senhor Vereador e vice-versa na sua grande obra e ensinamento que nos deixou. -----

----- Concluiu que o prémio teria de ser uma coisa a ponderar, para além de todas as homenagens que já lhe tinham feito, ter mais uma que tivesse esse âmbito. -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo** no uso da palavra disse que sem prejuízo de voltar a falar nesse tema das coberturas de amianto e que pelo que tinha conhecimento, havia outra interpelação por parte dos Deputados Municipais do Partido Comunista Português. -----

----- Disse que ia dar nota que, em relação à questão do amianto, a qual estava em voga devido aos media, estava a articular instruções aos serviços da MPO que tutelava, para que comesçassem a fazer um levantamento com os serviços das áreas sectoriais, sobre quais eram os edifícios municipais que pudessem conter aquelas placas de fibrocimento e resíduos de amianto nas suas estruturas, identificando também o nível de severidade e o custo envolvido. Explicou que esse levantamento estava a ser feito na área da educação, na área do desporto e nos serviços municipais diversos e com base nisso iriam, numa primeira fase internamente em executivo e numa segunda fase mais em aberto, em reunião de Câmara e Assembleia Municipal, apresentar um plano de acordo com as capacidades, para resolver esse problema de forma global. -----

----- Esclareceu que relativamente ao compromisso assumido pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, pediu desculpa e informou que não tinha a informação, logo não tinha consciência dos compromissos que foram por ele assumidos, mas iria articular com o Senhor Vereador para dar resposta aos compromissos assumidos pelo mesmo. --

----- **A Senhora Presidente** informou a Assembleia Municipal que o Senhor Presidente da Câmara tinha chegado entretanto e que a intervenção do Senhor Deputado Municipal Miguel Graça era a última da primeira ronda de perguntas. -----

----- Referiu que a mesa só tinha três inscrições para a segunda ronda, por isso pediu aos Senhores Deputados Municipais que quisessem fazer perguntas, para se inscreverem. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra saudou o novo modelo da Assembleia Municipal de perguntas à Câmara, pela sua ligação direta e temática pergunta-resposta, a qual o Senhor Deputado Municipal achou estar a ser eficiente e por isso a saudou. -----

----- Começou por questionar acerca do programa bip/zip, o qual era delineado para os bairros considerados prioritários da cidade de Lisboa e sobejamente conhecido pela Assembleia Municipal. -----

----- Referiu que tinham conhecimento que duas semanas antes, tinha sido efetuado um *workshop* de capacitação com parceiros, o que indicava que o programa era para continuar e queria confirmar esse facto e qual o valor de investimento previsto. -----

----- Disse que relativamente ao programa de renda convencionada, também conhecido pela Assembleia Municipal, que no fundo se pendia sobre o arrendamento de fogos municipais por valores inferiores aos do mercado livre, promovidos pelo Câmara. -----

----- Questionou que tendo o último ciclo de candidaturas sido no dia quinze de Janeiro, queriam conhecer o balanço do programa, dos vários ciclos já ocorridos e para quando estava previsto o próximo ciclo e candidaturas. -----

----- Para concluir, abordou a questão das torres do Alto da Eira, afirmando que era uma matéria que já tinha sido seguida e discutida na Assembleia Municipal, concretamente pela Comissão de Habitação no transato mandato, sendo um processo que continuava. Mencionou que se falava de dois edifícios de grande volumetria numa zona histórica da cidade, com seis fogos por piso, logo muito denso, que nunca foram alvo de obras, tendo sido ainda colocada a hipótese de os mesmos serem implodidos e a Câmara Municipal seguindo os interesses dos moradores, decidiram avançar para um processo de reabilitação, com o qual afirmou concordarem. Afirmou saberem que o processo já tinha sido iniciado e queriam saber o ponto da situação em que estava a obra em curso. -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques,** no uso da palavra, disse que em relação ao programa bip/zip, conforme o Senhor deputado Municipal referiu, no dia vinte e dois de Março no auditório da Assembleia Municipal de Lisboa, foi feito o seminário de capacitação para o novo ciclo, sendo uma ação que se fazia anualmente e que contou com a presença de duzentas e sessenta e seis pessoas e treze das vinte e quatro freguesias da Cidade de Lisboa. -----

----- Transmitiu que na quarta-feira anterior, o novo ciclo de dois mil e catorze, foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal de Lisboa, com a dotação orçamental que estava em plano e orçamento e do qual os Senhores e Senhoras Deputados Municipais tinham conhecimento, no valor de um milhão e seiscentos mil euros. -----

----- Disse que naquele momento prosseguia aberto o processo de abertura de candidaturas, receção de candidaturas, avaliação por parte do júri, prenúncio do júri, proposta à reunião de Câmara com a resposta e depois início do processo com

assinatura de protocolos. Explicou que estes processos que decorreram nos três meses seguintes, Abril, Maio e Junho, seriam as etapas que a Senhora Vereadora anunciou. --

----- Expôs que em relação à renda convencionada, a última edição tinha sido em Janeiro e que a seguinte era em Abril e que iria fazer um balanço rápido do programa. Elucidou que foram quatro edições, setenta e três fogos postos em processo de arrendamento e cinquenta e cinco contratos celebrados. Do ponto de vista de análise da população a quem se tinha dirigido esse programa, sessenta e um por cento tinha menos de trinta e cinco anos, sessenta e cinco por cento eram pessoas que viviam sozinhas e cinquenta e três por cento vivia no Concelho de Lisboa, portanto por comparação, tinham quarenta e sete por cento de candidatos a vir de fora para morar dentro de Lisboa.-----

----- Disse que cada fogo que ficava deserto, em cada edição, passava imediatamente para a edição seguinte e que por isso estavam a contar, ter doze frações em abril em processo de candidatura.-----

----- Em relação às torres do Alto da Eira esclareceu que a proposta foi aprovada no mandato anterior, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, e que em Dezembro a Assembleia Municipal, aprovou a proposta de autorização da assinatura do contrato com o programa do IRU, reabilita para arrendar, processo de financiamento, também desta intervenção profunda de cerca de cinco milhões de euros, dois milhões suportados pelo PIPARU e o remanescente pelo Reabilita para Arrendar.-----

----- Elucidou que a primeira fase de intervenção, que era a substituição das redes de gás da torre um fora concluído, estavam na fase final de ligação ao interior dos fogos, estando previsto que a segunda torre estivesse concluída em Maio. O processo seguinte seria a recuperação de fachadas, coberturas e vão das duas torres, o qual estava em processo de celebração de contrato. A intervenção no espaço público envolvente estava em fase processo de adjudicação. No restante todo o processo de reabilitação de fogos, que permitia fazer o realojamento de cada lado, de cada torre, para se fazer a intervenção mais profunda na rede de esgotos, que implicava a saída das pessoas, seria porventura a fase mais complexa.-----

----- Concluiu que esse processo estava a ser acompanhado pela Senhora Presidente da junta de freguesia da Penha de França, pela Associação de Moradores e pela comissão de acompanhamento da Assembleia de Freguesia.-----

----- **A Senhora Presidente** informou que se ia entrar na segunda ronda de perguntas. -

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)** no uso da palavra disse que o Plano de Acessibilidade Pedonal, aprovado na Câmara Municipal de Lisboa e na Assembleia Municipal, destinado a melhorar a qualidade de vida e a mobilidade dos cidadãos, previa também a redução da calçada portuguesa em determinadas zonas da cidade, ditas turísticas, para criação de percursos acessíveis, em zonas íngremes, na proximidade de comércio e dos centros de saúde.-----

----- Transmitiu que o início do calcetamento das ruas de Lisboa, na Rua Nova dos Mercadores, datava da carta régia de Dom Manuel de mil quatrocentos e noventa e oito, mil e quinhentos. Porém, a calçada dita à portuguesa, só surgiu em Lisboa no

Castelo de São Jorge e depois no Rossio em cerca de mil oitocentos e quarenta e dois, espalhando-se pela cidade, por outras cidades do país, por cidades do mundo onde os Portugueses estiveram, ou com quem mantinham relações de amizade, como o Rio de Janeiro com o famoso Calçadão de Copacabana, São Paulo, Curitiba, Ilha de Moçambique, Luanda, Macau, Manhattan, o memorial a John Lennon em Central Park, entre outros.-----

----- Referiu que a calçada tornou-se um ícone da cidade. Em alguns casos, desenhada por artistas, como João Abel Manta nos Restauradores, que fazia parte integrante daquelas pequenas coisas que faziam a diferença, para quem visitava Lisboa e eram únicas no seu contexto.-----

----- Lembrou que por falta de esclarecimento e de clarificação desse processo, tinha-se gerado alguma inquietação nos lisboetas e também nas Juntas de Freguesia, que com a reforma administrativa da cidade, teriam a incumbência de manter os espaços públicos não estruturantes, onde se incluíam as calçadas das suas freguesias. -----

----- Disse que para esclarecimento dos cidadãos gostaria de colocar as seguintes questões, de certa forma comuns à cultura e à mobilidade, à Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Se tinha sido ou estava a ser realizado o mapeamento da calçada a ir substituir ou a manter na cidade. Questionou.-----

----- Qual o critério que presidia à decisão de manter ou substituir a calçada. Questionou.-----

----- As zonas em que a calçada ia ser substituída, qual, quais, o, os materiais que seriam utilizados. Questionou.-----

----- Declarou que mesmo que não fossem construídas novas calçadas à portuguesa em Lisboa deveria existir uma equipe de operários qualificados, os calceteiros, para se ocuparem da manutenção das calçadas, cuja falta ou incorreta realização tinha sido um dos maiores problemas. -----

----- Finalizou questionando, se a escola de calceteiros criada em oitenta e seis, se iria manter.-----

----- **A Senhora Presidente** lembrou o grupo municipal do Partido Socialista que o tema não estava inscrito na lista de temas, mas como foi colocado, perguntou à Câmara se queria responder. -----

----- Informou que naquela data tinha dado entrada na mesa uma petição de cidadãos com umas largas centenas, senão mesmo, milhares de assinaturas que teria de ser apreciada pela Assembleia Municipal, logo o assunto teria de ser aprofundado na comissão da cultura ou da mobilidade, em relação à matéria em causa, mas que teria de ser aprofundado para dar resposta à petição.-----

----- **O Senhor Vereador João Afonso** no uso da palavra disse que, a questão que se colocava voltando a falar do Plano de Acessibilidades, sem se falar do objetivo desse plano, que era melhorar as condições de acessibilidade dos cidadãos em Lisboa, melhorar as condições de circulação na via pública, no passeio e que não era um plano de remoção da calçada.-----

----- Explicou que o plano nas suas oitocentas e muitas páginas dedicava três páginas à questão da calçada, alertando para a necessidade de haver uma estratégia da sua preservação, termos e da sua execução cuidada, para que assegurasse as melhores condições de circulação. -----

----- Lembrou que obviamente havia espaços que eram de calçada artística, desenhada, pensada para aquele espaço, com maior ou menor intervenção de desenho, cuidado e pensado para esses espaços e outros que eram planos de calçada sobre areão. Que muito do que falavam às vezes como calçada artística, era uma calçada de pedra em vidro, que nem cuidados de execução tinha, para não falar do que significava em termos de conforto para a circulação. -----

----- Disse que era óbvio que a calçada tinha de ser feita com cuidado, que as opções tinham de ser feitas à medida das intervenções que fossem sendo executadas e conforme a natureza do espaço, que entre as juntas de freguesia e a vereação, no que referia ao espaço público, tinha de haver opções. -----

----- Elucidou que a intervenção do espaço público era controlada quer pela vereação, quer pelas unidades de intervenção territorial, não fazendo sentido haver um plano para a cidade toda sobre a intervenção no espaço público, sendo algo que nunca se fez, não existindo um plano, nem nunca houve na cidade para a intervenção no espaço público, nem tal fazia sentido, ou seja, desenhar-se-ia o espaço público todo de uma vez o que não era competência da Câmara, nem se previa, que a Câmara desenhasse todo o espaço público da cidade porque existia um plano de acessibilidade pedonal.----

----- Explicou que não era isso que o plano previa, mas sim uma metodologia e uma estratégia de implementação, de cuidados a ter na intervenção e nos cuidados de circulação, sendo evidente pela verba mínima que estava prevista executar em termos do plano de acessibilidade pedonal, que não estava previsto fazer intervenções para remover calçada por si só, mas sim, em situações em que tal se considerasse necessário, ponderar outras soluções de pavimento, o que não significava pôr outro pavimento. Quando se fazia um projeto de espaço público, fosse por via das unidades de intervenção territorial, fosse coordenado com o gabinete do Senhor Vereador Manuel Salgado, ponderar-se-ia quais são as soluções. -----

----- Concluiu que já havia várias situações na cidade de Lisboa em que se removeram troços de calçada e pôs-se outros tipos de material, argamassas e isso não pôs em causa a identidade da cidade, nem a preservação da calçada à portuguesa na cidade de Lisboa, logo havia que ter ponderação, era um alerta que tinha de se colocar, o plano chamava a atenção para isso, mas era um falso problema. Não havia nenhum plano na cidade de Lisboa para a remoção da calçada à portuguesa. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que esse assunto ia voltar a ser debatido, uma vez que deu entrada na Assembleia Municipal uma petição sobre essa específica questão. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Braamcamp (PSD)** no uso da palavra referiu que era primeiro de Abril o que permitia fazer uma intervenção de uma forma mais ligeira. -----

----- Recordou ao Senhor Presidente da Câmara e aos respetivos Vereadores, que o canal da Mancha demorou sete anos a fazer e que se iriam questionar, com o que estaria relacionado a intervenção, lembrando então que o túnel do Rossio demorou trinta e cinco meses e que as obras no Areeiro já iam nos setenta e dois meses. -----

----- Questionou ao Senhor Presidente da Câmara, porque as obras numa capital como a cidade de Lisboa, que tinha a praça de uma das vias de entrada da cidade em estado de estaleiro permanente há setenta e dois meses. -----

----- Referiu que o Senhor Presidente da Câmara já não morava lá e que escapou por uma unha negra ao estaleiro por baixo da sua ex-residência, mas que gostava de saber o que se passou com a referida obra, dado ser impensável uma obra daquela envergadura com a experiência que o Metro tem, com os seus técnicos que já fizeram dezenas de paragens e aumentos de estações, como era possível estar setenta meses a aguardar indefinidamente a conclusão daquela obra. -----

----- Disse que não era só o problema da parte subterrânea, mas que tinha de se ter em conta que o Areeiro como praça tinha o seu comércio próprio, as suas atividades ali inseridas, estando-se a sacrificar aquela população e aqueles comerciantes, com uma situação que se arrastava ao longo de anos e da qual não se vislumbrava a conclusão da obra. -----

----- Relembrou que aquando do início da obra, estava apregoado num cartaz que terminaria por volta de dois mil e onze, sendo sucessivamente adiada a conclusão e enquanto a população de Lisboa se mantivesse viva, podia-se ir adiando a conclusão da obra. -----

----- Dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara e pediu-lhe encarecidamente, que tivesse este problema em atenção. -----

----- Expôs que a licença de obra já devia ter caducado ou então era renovada anualmente, não sabendo como se processava. -----

----- Referiu que com o *know-how* que o Metro tinha, com os técnicos que a Câmara tinha, não era pensável nem aceitável, que uma obra daquela envergadura estivesse tanto tempo em permanente estaleiro na praça. -----

----- Finalizou pedindo para arrumarem a praça por cima e continuarem a esburacar por baixo, porem os azulejos e acertarem as linhas, mas que era certo, que a praça do Areeiro tinha de ter a dignidade que merecia, por isso devia ser reparada e arrumada de vez a obra por cima. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara António Costa**, no uso da palavra disse que o Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de freguesia do Areeiro tinha toda a razão, mas, explicou que a obra não era da Câmara, mas da exclusiva responsabilidade do Metropolitano. -----

----- Disse que a Câmara a única coisa que fez foi o projeto e entregou-o ao Metropolitano, sendo eles que podiam esclarecer. -----

----- Explicou que em relação ao que o Senhor Deputado Municipal disse, que não escapou por pouco mas que fugiu mesmo, pois não quis que lhe acontecesse à porta de casa o que acontecia do outro lado e estava a acontecer. -----

----- Explicou que a responsabilidade da obra era exclusivamente do Metropolitano, e que a Câmara nada tinha a ver com a obra. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, disse que iria colocar uma série de questões relacionadas com o ambiente, o espaço público e a qualidade de vida em Lisboa. -----

----- Referiu que os jardins históricos possuíam riqueza patrimonial e cultural que era necessário preservar e desenvolver e que consideravam urgente, proceder à sua manutenção e retomar o plano de renovação e recuperação dos que se encontravam degradados. -----

----- Disse que era por todos conhecida a intervenção no jardim França Borges, vulgarmente conhecido como Príncipe Real. Nesse contexto, questionou quais as medidas que a Câmara iria tomar para corrigir o pavimento defeituoso do jardim França Borges e que em caso afirmativo da existência dessas medidas, para quando estaria prevista aquela intervenção, se não, quais as razões para tal.-----

----- Questionou se foi ou não acionada a garantia, decorrente do contrato celebrado com a empresa a quem foi adjudicada a intervenção do jardim, para corrigir esse pavimento deficiente em tempo útil, sem que isso acarretasse mais encargos para o erário público. -----

----- Perguntou se essa intervenção ficava, com a questão da transferência de competências, sobre a alçada da junta de freguesia e se existia verba para a intervenção e posterior manutenção. -----

----- Indagou em relação à praça das Flores, que era importante saber se estava ou não previsto algum tipo de intervenção/requalificação do jardim Fialho de Almeida, dado que existia uma nota verbal do ex-presidente da junta de freguesia das Mercês, em Junho do ano anterior, que apontava para isso.-----

----- Referiu que a promessa foi feita pela Câmara após a polémica do evento da Skoda. -----

----- Mencionou que promover a requalificação dos espaços verdes, em diálogo e consonância com a população e as organizações locais, nomeadamente recuperando e promovendo as atividades nesses espaços, era um imperativo para todos. -----

----- Questionou o que pensava fazer a Câmara ao parque infantil da zona sul do Parque da Bela Vista, que estava já há algum em grande estado de degradação. -----

----- Inquiriu sobre para quando o arranjo do corrimão da passagem ciclável do Parque da Bela Vista para as Olaias, que se encontrava numa situação também bastante perigosa, para as crianças que por ali brincavam ou passavam. -----

----- Disse que em relação ao amianto nas escolas, ouviu a explicação que o Sr. Vereador Jorge Máximo deu, mas a questão que ia colocar era mais específica e estava relacionada com as escolas, embora fosse um tema generalizado, acrescentaria uma pequena nota. Mencionou que três anos após a entrada em vigor da Lei 2/2011 e de outras deliberações europeias, que impunha a remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos, verificava-se que ainda existiam situações desses mesmos edifícios com coberturas de amianto, nomeadamente escolas. -----

----- Acusou o Governo que continuava a desrespeitar o que estabelecia a lei, revelando total indiferença pelos graves prejuízos para a saúde e que o que gostariam de saber era se a Câmara Municipal iria ter uma postura diferente do Governo nessa matéria, ou seja, se existia um calendário para a remoção do amianto das escolas sobre a responsabilidade da Câmara, com a total segurança que a lei impunha.-----

----- Concluiu dizendo que a última questão estava relacionada com a reparação e manutenção dos pavimentos, questões por diversas vezes, por eles colocadas. Questionou quais as medidas que a Câmara iria tomar, tendo em conta a degradação dos pavimentos e consequentes prejuízos para os automobilistas, empresas e serviços em geral, dado que o Inverno e a Primavera foram complicados, mas tapar apenas os buracos superficialmente não resolveu o problema, podendo-se dizer que daria buraco.

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes** no uso da palavra disse que a requalificação dos jardins na cidade de Lisboa nos últimos anos foi notória, os jardins históricos foram praticamente todos arranjados, sendo que não estavam, exceto nessa zona, São Pedro de Alcântara, Jardim das Francesinhas, Jardim da Estrela, Quinta da Paz, enfim, podia estar vinte minutos a falar dos jardins que foram arranjados. -----

----- Afirmou que uns de facto precisavam de melhoramentos, caso do Príncipe Real, que necessitava de melhoramentos no piso, estando naquele momento a estudar várias soluções para essa possibilidade, uma obra que seria provavelmente executada pela Junta de Freguesia.-----

----- Explicou que naquele momento estavam também a estudar um piso para o Jardim de Santos, Jardim da Praça D. Luís, que era no fundo o único dos jardins históricos que falta requalificar.-----

----- Referiu que estavam atentos à situação e quer fosse a Câmara, quer fosse a junta de freguesia, iriam chegar a um bom entendimento para o melhoramento do que faltava fazer, do muito que foi feito nos últimos cinco anos no referente a jardins, dado que praticamente todos os jardins históricos da cidade de Lisboa foram arranjados, requalificados, melhorados, sendo aquele o caminho que iriam prosseguir, mantê-los da melhor maneira possível.-----

----- Esclareceu que em relação ao Parque Infantil da Bela Vista, tinham de facto alguns problemas de vandalismo, estando naquele momento a tentar resolver esse assunto, naquele parque como noutros.-----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo** no uso da palavra disse que sobre o programa das escolas, queria dar antes nota de dois números que achava importantes. -

----- Disse que desde que começou o programa da Escola Nova, foram gastos dezanove milhões e oitocentos mil euros em vinte e oito intervenções em escolas, e que estava em curso mais seis intervenções no valor de doze milhões de euros e em fase de concurso mais seis, no valor de dez milhões de euros, o que significava que o programa Escola Nova estava em curso, com financiamento do PIPARU e capitais próprios, sendo óbvio que naquele programa, todos os programas de execução e de especialidade contemplavam, nas situações em que eram identificadas situações de fibrocimento, a sua remoção e esse processo aconteceu de forma residual. -----

----- Explicou que estava a haver uma forte articulação do departamento que era responsável pela construção dos equipamentos e dos projetos, DMPO e o Departamento de Educação, estavam articulados e todas aquelas situações eram acompanhadas por perto, no sentido de execução das obras, portanto era opinião pessoal que o trabalho estava a ser feito, estava a correr bem e a dimensão das intervenções no parque escolar, na cidade de Lisboa, mostrava bem, que de facto, estavam à frente de outras zonas do País e de outras dimensões.-----

----- Em relação ao processo de pavimentos disse que existiam duas notas. Em termos do que foi feito no seu mandato, apesar da dificuldade de execução de obra em períodos de chuva que limitava a intervenção dos trabalhos e piorava a situação, já tinham sido feitas várias intervenções e que poderia destacar algumas mais visíveis, pois existiam bastantes que foram acabadas, tais como, a Calçada dos Mouros, o trabalho executado na Vila Carvalho, a Imprensa Nacional, a rua Jorge Barradas, havendo naquele momento várias intervenções, cerca de nove empreitadas específicas, para reabilitação de pavimentação.-----

----- Explicou que havia situações de processos de repavimentação que incluíam correção de zonas que representavam perigosidade, ou até por exemplo de circulação rodoviária, como o caso mais específico da Avenida Gulbenkian, que estava naquele momento com o visto prévio do tribunal de contas, portanto pronta para arrancar. Disse que havia um conjunto de intervenções que tinham vindo a ser feitas, quer com empreitada própria, quer recarga de pavimentação ao abrigo de trabalhos de conservação de via.-----

----- Referiu que apesar do trabalho que tinha vindo a ser desenvolvido, no início decidiram recriar um plano de pavimentação para o mandato.-----

----- Esclareceu que a Câmara Municipal enviou para todas as Juntas de Freguesia um pedido, para que identificassem nas suas freguesias, quais as ruas que consideravam de maior prioridade de intervenção estrutural, tendo as juntas respondido.-----

----- Mencionou que essa informação estava a ser carregada nos sistemas informáticos para ser toda a CGO georreferenciada, sendo que os serviços do MPO estavam a calcular os custos desse plano de repavimentação e conseqüentemente a identificar o nível de severidade, para criar um cronograma de intervenções.-----

----- Disse que com base nesse cronograma de intervenções e no plano de repavimentação, embora ainda tivesse de se assegurar várias questões, tais como, a coincidência dessas intervenções com outras ao abrigo de outros programas municipais em curso, em articulação com o gabinete do Vereador Manuel Salgado e com eventual intervenção de algumas concessionárias, o que podia alterar o cronograma.-----

----- Concluiu que esperava que no final do primeiro semestre, já pudessem ter esse plano concluído e que seria apresentado em consequência.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Mariana Mortágua (BE)** no uso da palavra disse que a Carris e Metro de Lisboa lançaram uma campanha de carácter pidesco, contra a fraude nos transportes públicos. “Abra os olhos e combata a fraude”, era esse

o lema da campanha, que não fazia mais que incitar à autovigilância, ao autopolicamento e à denúncia de passageiros por outros passageiros. -----
----- Afirmou que o objetivo era muito claro e que a campanha queria culpar os utentes pelos problemas financeiros das empresas de transportes, mas que o problema como era sabido, tinha outras causas. -----
----- Transmitiu que entre dois mil e dez e dois mil e doze, a Metro de Lisboa, perdeu vinte e oito milhões e setecentos mil passageiros no mesmo período, somando aquele número a CP de Lisboa e a Transtejo, a área metropolitana de Lisboa perdeu cem milhões de passageiros nos transportes públicos. -----
----- Referiu que só em dois mil e treze a Carris e o Metro, venderam menos vinte milhões de bilhetes e que nada disto se devia à fraude, muito pelo contrário. -----
----- Declarou que gostaria de citar as palavras do então candidato à Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, relativamente às causas da degradação dos transportes públicos. “No último ano diminuiu o número de pessoas a andar nos transportes públicos e aumentou o número de carros em circulação em Lisboa, o que é gravíssimo, e aconteceu porquê? Porque houve uma subida brutal do preço dos transportes públicos, acompanhada da degradação dos transportes públicos, com a diminuição do número de carreiras da Carris e da alteração dos tempos de espera, quer da Carris como do Metro. A linha verde do Metro passou para um regime de sardinha enlatada, o que não acontecia há quase vinte anos.” -----
----- Assegurou que não podiam concordar mais e que de facto os preços aumentaram setenta por cento nas tarifas de bordo, o fim dos passes uni modais, o fim dos passes para estudantes, o fim dos passes e dos descontos para idosos, o que equivalia a um aumento do preço de duzentos por cento, degradação dos serviços e degradação da qualidade. -----
----- Explicou que eram estas as razões que levaram à brutal diminuição e perda de passageiros nos transportes públicos em Lisboa. -----
----- Mencionou que o mesmo aconteceu, exatamente ao mesmo tempo em que se reduziram o número de pessoas a trabalhar nas empresas, em que se cortaram direitos, em que se cortaram salários aos trabalhadores das empresas de transportes públicos. ---
----- Asseverou que as consequências eram claras, a cidade estava mais congestionada, a mobilidade era reduzida para aquelas pessoas que não tinham condições para pagar transportes públicos, era reduzida para desempregados que precisavam de procurar emprego, atravessar a cidade e não podiam, era reduzida para famílias mais numerosas, para quem não compensava andar de transportes públicos, pois tornou-se demasiado caro para o orçamento familiar. -----
----- Questionou o porquê de tão forte ataque às empresas públicas de transporte e que a resposta era dada pelo próprio Governo, cujo objetivo era tornar as empresas lucrativas do ponto de vista operacional, sendo que pouco importava, se o problema daquelas empresas resultava da falta de financiamento público e se devia à acumulação de juros ou perdas relacionadas com *swaps* especulativos. -----
----- Afirmou que pouco importava que o problema fosse financeiro e não operacional, o objetivo era aumentar a rentabilidade operacional, pois era isso que

interessava aos concessionários privados, os lucros eram privatizados, enquanto as dívidas permaneciam no sector público.-----

----- Referiu como exemplo a Carris Tur, que era uma empresa toda ela lucrativa, a concessão já não se colocava e o modelo era o da privatização total. Não havia dívida para manter pública, podia-se privatizar toda a empresa e todos os lucros. -----

----- Elucidou que como era sabido, os passes para idosos não davam lucro, os passes para estudantes não davam lucro, os transportes abaixo da capacidade nas zonas degradadas e excluídas da cidade não davam lucro, os autocarros noturnos não davam lucro, o serviço público de transportes não dava lucro, por isso cortava-se, cortava-se os serviços públicos porque, voltando a citar o candidato à Câmara Municipal de Lisboa António Costa, o Governo olhava para os transportes como um negócio financeiro.-----

----- Questionou como é que o Presidente António Costa olhava para os transportes públicos.-----

----- Disse que as autoridades municipais e metropolitanas deviam ter uma palavra a dizer na gestão dos transportes, com o qual concordavam mas que não bastava, que era preciso garantir um serviço público, que fosse abrangente e que tivesse qualidade e que isso só era possível, se fosse rejeitado o modelo de concessão a privados dos transportes.-----

----- Afirmou que era exatamente a gestão para o lucro e a pressão para ter resultado operacional positivo que degradava o serviço público, porque o serviço público era incompatível com uma gestão virada para o lucro, e que aquele facto era intrínseco à questão dos transportes públicos em Lisboa, não mudava se a Câmara fosse compensada financeiramente pelo negócio. -----

----- Disse que não bastava a Câmara ser compensada financeiramente pela concessão dos transportes públicos para se garantir o serviço público de transportes, aliás, que se bastasse à CML ser compensada financeiramente no caso de o Governo decidir privatizar ou concessionar os transportes públicos, se só isso bastasse, haveria razões para dizer que a Câmara, tal como o Governo, olhava para os transportes como um simples negócio financeiro, como dizia o candidato à Câmara Municipal de Lisboa, António Costa. -----

----- Relembrou que o executivo foi questionado várias vezes na assembleia Municipal relativamente a essa questão, e que nessa data o Vice-Presidente, a propósito de responder a uma pergunta já feita, deu conta do estado do processo de concessão dos transportes públicos, do ponto de vista do Governo, dizendo o que o governo fez ou deixou de fazer, o processo público que o Governo abriu para saber a opinião dos futuros concessionários, confessando que por momentos ficou com a sensação de estar a ouvir o Senhor Secretário de Estado Sérgio Monteiro, a dar explicações sobre o processo de privatização dos transportes públicos.-----

----- Afirmou que a posição do Governo era sabida por todos, pois era claro na mesma, querendo concessionar os transportes públicos até Junho. -----

----- Disse que o que não sabia e queria saber qual era a posição da Câmara Municipal de Lisboa relativamente aquele processo.-----

----- Questionou que negociações é que estavam em curso. -----

----- Explanou que o Ministro da Economia afirmara ter estado em conversações com o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Perguntou qual o modelo que a Câmara Municipal defendia, modelo público, privatização ou concessão. -----

----- Inquiriu se a Câmara Municipal de Lisboa ficava satisfeita, se em troca da concessão, recebesse uns milhões ou uns milhares. -----

----- Questionou se a CML, via os transportes públicos como um negócio financeiro ou não. -----

----- Disse que eram estas as perguntas que tinham levado à Assembleia uma e outra vez e que continuavam sem resposta, sendo perguntas que interessavam a todos os utentes e a todos os habitantes da cidade de Lisboa, mas não só, da área metropolitana de Lisboa, sendo essas perguntas que a Câmara Municipal e o Senhor Presidente tinham a oportunidade de responder novamente. -----

----- **O Senhor Presidente**, no uso da palavra disse que a seu ver, o Senhor Vice-Presidente já tinha respondido. -----

----- Proclamou que se queria apresentar, que era o candidato António Costa abundantemente citado pela Senhora Deputada Municipal, e que estava satisfeito pela mesma concordar com o que o Senhor Presidente pensara do assunto.-----

----- Referiu que como a Senhora Deputada Municipal conhecia o que o Senhor Presidente pensava sobre o assunto, não percebeu a pergunta, a não ser, por um caso oportuno de reciclagem da pergunta que a Senhora Deputada Municipal deve ter feito ao Senhor Secretário de Estado na Assembleia da República, fazendo-a agora da mesma forma, mas dirigida à Câmara.-----

----- Explicou que a posição da Câmara era conhecida e fora aprovada num documento já no ano anterior, que fixava qual a posição da Câmara sobre aquela matéria, sobre a gestão dos transportes públicos, sobre os direitos patrimoniais e históricos do município, sendo conhecida a posição da Câmara Municipal de Lisboa. --

----- Afirmou que em relação ao que tinha acontecido quer o próprio, salvo erro na última Assembleia Municipal, quer o Senhor Vice-Presidente já tiveram oportunidade de esclarecer. -----

----- Disse que o Governo os quis ouvir e que disseram o que pensavam, que o governo lhes quis dar informação e que agradeceram a informação que lhes fosse dada. -----

----- Concluiu que a posição que tinham era igual à anterior e que seria a posição que teriam, tendo esperança que chegariam a bom-porto sobre aquela matéria e verificarem que a Senhora Deputada Municipal, ficaria certamente também satisfeita com o bom-porto a que chegariam. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que o tempo da Câmara se tinha esgotado como era esperado, pois a grelha de tempos não previa que a Câmara tivesse de responder a todos os grupos, que eram nove mais os independentes, mas que tinha indicações que quer o MPT, a quem sobrou sete minutos e meio, quer o PNP que não iria fazer uso do seu tempo de doze minutos, quer o próprio Partido Socialista que indicou que

abdicaria de quinze minutos, teriam tempo suficiente para acomodar todas as repostas que a Câmara quisesse dar e como os independentes também poderiam ceder tempo, teriam tempo suficiente e não interromperia as respostas dos Senhores Vereadores ou do Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra disse que a primeira questão era sobre o Largo do Leão, na rua de Arroios. -----

----- Referiu que o CDS, através de recomendação aprovada por unanimidade em Dezembro de dois mil e onze na Assembleia Municipal, alertou para o estado de abandono a que foi votado o espaço.-----

----- Relatou que desde a proliferação de carros abandonados, fraca iluminação pública e falta de limpeza, era sua preocupação o facto de o largo ter nas suas imediações uma escola básica, outra superior, um colégio, um quartel de bombeiros e uma embaixada, o que tornava a situação ainda mais preocupante.-----

----- Disse que dois anos antes a Câmara repavimentou o largo e que no ano anterior, todas as árvores do mesmo espaço foram cortadas, desconhecendo-se a fundamentação para aquela intervenção. -----

----- Declarou que assim, e mantendo-se o estado descrito, gostava que o Senhor Vereador Manuel salgado o informasse, se existia um projeto de requalificação do espaço público do Largo do Leão e em que consistia o mesmo.-----

----- Questionou sobre a quinta do Ferro, na freguesia de São Vicente, que era uma zona reconhecida há vários anos pelo município, como área crítica de requalificação urbanística, onde viviam novecentos e sessenta e dois munícipes. -----

----- Expôs que em dois mil e oito a Assembleia Municipal, aprovou uma recomendação, alertando para a necessidade de o município se comprometer a encontrar uma solução para esta zona da cidade e até então nada tinha acontecido.-----

----- Referiu que em dois mil e onze, voltaram a apresentar uma recomendação, também ela aprovada pela Assembleia Municipal, com o mesmo objetivo, ou seja, o assunto era debatido por iniciativa do CDS há dois mandatos. -----

----- Declarou que desde então a Câmara se limitava a informar, que tinha contactos com os moradores e a junta de freguesia, na altura de São vicente de Fora, mantendo a situação inalterada. -----

----- Referiu que a própria carta dos Bip/Zip, aprovada no anterior mandato, identificava esta área, Bip/Zip sessenta e cinco, como crítica ao nível social e urbanístico, pelo que se tornava imperioso tomar medidas imediatas.-----

----- Finalizou questionando o Senhor Vereador, para quando previa a Câmara avançar com um projeto de recuperação desta área, garantindo a segurança de pessoas e bens.--

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra disse que o Largo do Leão estava a ser estudado no âmbito do programa “Uma praça em cada bairro”, e que foi proposto pelo próprio presidente da junta de freguesia de Arroios ser considerado uma intervenção prioritária. -----

----- Disse que aquela intervenção era uma intervenção de qualificação do espaço público, em que estava a ser avaliada as necessidades de estacionamento dos residentes, para ser contemplado nesse projeto.-----

----- Mencionou que em relação à Quinta do Ferro, a mesma, tinha um estudo preliminar elaborado pelos serviços de urbanismo da Câmara, sendo uma situação complicada, dado que existia um terreno municipal que não estava edificado, relativamente ao qual foram definidos dois lotes e um terreno de uma praça, que seria a praça de entrada desse bairro, mas toda a outra área, que era a área que tinha problemas sociais graves e com alojamento em muito mau estado era privada, portanto, eram prédios particulares arrendados às pessoas que viviam lá, logo era uma situação que não era fácil de resolver, porque significava, ou os particulares terem capacidade para reabilitar os seus prédios ou então conseguir uma qualquer forma de colaboração entre o município e os proprietários privados no sentido de reabilitar aqueles prédios. -----

----- Finalizou dizendo que era uma situação particularmente difícil de resolver. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra disse que a segunda pergunta de «Os Verdes» prendia-se ainda com a descentralização de competências, mas mais especificamente com o sector da cultura, onde se correu o risco de haver uma desarticulação da rede de bibliotecas. -----

----- Transmitiu que, como era sabido, as bibliotecas proporcionavam o acesso à informação e ao conhecimento e constituíam um recurso fundamental para a criação de hábitos de leitura, para a aquisição de informação e para um conhecimento mais amplo da nossa e de outras culturas. -----

----- Disse que com a transferência de competências, estava previsto que algumas bibliotecas não estruturantes passassem para as juntas de freguesia, embora continuando a ser geridas no âmbito do programa estratégico “Biblioteca XXI”. -----

----- Referiu que, contudo, devido às condições de conservação dos edifícios de algumas bibliotecas, poderiam a vir a ser as juntas a fazer o investimento necessário para a sua recuperação, além disso, com aquele processo, corria-se o risco de deixar de existir uma política comum, dando espaço a uma desintegração do funcionamento em rede das bibliotecas de Lisboa, em vez da desejável visão integrada para todo o território da cidade e de uma coordenação que permitisse uma articulação, racionalização, cooperação, partilha de recursos e serviços mais eficazes. -----

----- Explicou que souberam que o Executivo ponderava a possibilidade de uma biblioteca não ser gerida por profissional com especialização na área, o que levantou algumas reservas ao próprio Conselho Diretivo Nacional da Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas. -----

----- Perante tal facto, o grupo municipal «Os Verdes» pretendia saber primeiro, se a Câmara Municipal de Lisboa pensava mesmo ser possível que uma biblioteca fosse gerida sem ser por um profissional especializado na área, e se analisou essa possibilidade com alguma entidade com competências na definição e gestão de políticas biblioteconómicas a nível nacional. -----

----- Questionou que meios e funções teriam as Juntas, a partir daquele momento para gerir as bibliotecas. Indagou, se por exemplo fosse necessário efetuar obras no edifício, se caberia à Junta pagar essa intervenção. -----

----- Perguntou se poderia cada Freguesia definir uma política, um programa ou até uma tabela de taxas próprias para gerir a sua biblioteca, indagando que se sim, se não se estaria perante uma desintegração da rede de bibliotecas, dando razão às inúmeras reservas levantadas na Assembleia Municipal, aquando das discussões sobre este processo. -----

----- Concluiu questionando se poderia uma Junta, vir a concessionar a privados, a gestão parcial ou global, de um destes equipamentos transferidos da Câmara Municipal de Lisboa para uma Junta. -----

----- **A Senhora Presidente** antes de passar a palavra, disse ter recebido um requerimento sobre a matéria referida anteriormente, confirmando se o mesmo foi entregue pelo PEV, ressalvando que o mesmo deu entrada na mesa e que foi imediatamente dado despacho para o Senhor Presidente da Câmara para ser respondido. -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra disse que não iria responder á questão na sessão, mas que responderiam por escrito, uma vez que não tinham informação específica, logo nem sempre era possível responder, por isso enviariam por escrito a resposta ao Grupo Municipal. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu em relação aos temas questionados pelos Grupos Municipais uns foram mais genéricos e outros mais específicos, logo, na próxima sessão iria distribuir pelos grupos municipais a lista completa dos pelouros, para que nos temas pudessem indicar quais os Vereadores em concreto, que queriam presentes para responder às questões e que assim se evitava o que se passou naquela sessão com a Vereadora Catarina Vaz Pinto, a qual não teve de responder a nenhuma pergunta e saiu assim antes de tempo. -----

----- Disse ainda que iam entrar na terceira ronda de perguntas com Deputados inscritos do PS, PSD, PCP e BE. -----

----- **O Senhor Deputado João Valente Pires (PS)** no uso da palavra disse que as notícias que anunciaram o fecho de onze esquadras em Lisboa, causaram grande inquietação entre os munícipes pois puseram em causa o sentimento de segurança a que tinham direito. -----

----- Disse que Assembleia Municipal no dia dezoito de fevereiro, aprovou uma moção no sentido de pedir maiores esclarecimentos, contra o eventual fecho das esquadras de Santa Marta, Boavista, Mouraria, Rato, zona J de Chelas, Campolide, Horta Nova, Bairro Padre Cruz, Quinta do Cabrinha, Arroios e Santa Apolónia. -----

----- Pediu esclarecimentos ao Senhor Vereador responsável da segurança, no sentido de saber que diligências foram feitas, por parte do município, no relacionamento com o Governo para esclarecer efetivamente quais as esquadras que fechavam, quando e porquê. -----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro** no uso da palavra agradeceu a pergunta do Senhor Deputado Municipal e disse que foi referido, e muito bem, que saíram notícias pouco tranquilizadoras no sentido do encerramento das onze esquadras e referiu que o número correto não seria onze, mas duzentos e sessenta e sete. -----

----- Explicou que a questão que estava em causa na reorganização das esquadras na cidade de Lisboa era procurar um maior reforço de policiamento, proximidade e visibilidade na cidade e afirmou que havia da parte do município todo o empenho, para que o mesmo se concretizasse.-----

----- Disse que como era sabido, que se o problema da segurança, na cidade de Lisboa ou no país, se resolvesse apenas com a abertura de esquadras, seriam os primeiros a abrir uma esquadra em cada esquina, mas que sabiam que isso não correspondia à realidade, e que o que interessava ao executivo era que houvesse polícias na rua a fazer o seu trabalho. -----

----- Referiu que havia outro lado que se devia ter em consideração nas referidas onze esquadras, era que as mesmas oferecessem condições de trabalho às mulheres e homens da Polícia de Segurança Pública. Explicou que nesse sentido estavam a trabalhar em conjunto com os vinte e quatro presidentes de Junta de Freguesia, tendo reunido com todos e apresentado a proposta da PSP e do MAI, sendo que houve uma evolução positiva da proposta inicial da PSP, e estavam a afinar um conjunto de locais na cidade de Lisboa, referindo que havia quatro áreas mais delicadas que outras, as quais eram Carnide, Marvila, Alcântara e Lumiar. -----

----- Transmitiu que tendo em conta essas especificidades, estavam a trabalhar no sentido de garantir mais condições de segurança nessas freguesias, bairros e população, para garantir o que importava à Câmara Municipal de Lisboa, mais polícias na rua, mais visibilidade e mais segurança na cidade, o qual era empenho do executivo. -----

----- Para concluir, disse que a matéria da segurança era uma matéria delicada, logo não se podia fazer desta questão jogo político, devendo todos ser responsáveis, referindo que até a data da sessão foram todos bastante responsáveis com o assunto, considerando que era nesse sentido de responsabilidade de todos, que se podia levar a bom-porto, o qual era intenção do executivo e seguramente dos Presidentes de Junta e dos munícipes de Lisboa, com mais policiamento e mais segurança, afirmou que era nesse sentido que estavam a trabalhar.-----

----- **O Senhor Deputado Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra disse que as questões que trazia eram da área do desporto e dos bairros históricos, questões essas já anteriormente levantadas, não só pelo próprio como por outros Deputados Municipais.

----- Em relação ao desporto, lançou um desafio à Câmara municipal, o qual admitiu já ter tido oportunidade de fazer diretamente ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Vereador Jorge Máximo e que consistia no reinício dos jogos de Lisboa. -----

----- Disse que era sabido e foi referenciado pelo próprio na Assembleia Municipal, que os jogos ocorreram desde mil novecentos e oitenta e seis até dois mil e três, dois mil e quatro, e que a partir dessa data deixaram de ter lugar. -----

----- Disse que não estava a culpar ninguém, pois quem inicialmente abandonou a realização desses jogos até foi o PSD, não estando em questão incriminar quem quer que fosse, embora, afirmou que o Senhor Presidente da Câmara António Costa, logo após ter sido eleito a primeira vez disse que iria retomar esses jogos. Não o fez, não sabendo se por dificuldades próprias, se por o Senhor Vereador que depois foi o

Doutor Manuel Brito também, não estar muito interessado em que esses jogos tivessem lugar. -----

----- Afirmou que pensava ser importante retomarem novamente os jogos na cidade de Lisboa, da forma informal que os mesmos tiveram, movimentando dezenas, mais de dez mil crianças, permitindo a muitos jovens, que não tinham oportunidade de praticar desporto de outra forma, a possibilidade de praticarem desporto informal, mas, continuado durante todo o ano. -----

----- Disse que esse retorno dos jogos era importante e que esperava que o Senhor Vereador Jorge Máximo afirmasse na sessão, que de facto estava empenhado que isso acontecesse, e se o dissesse e o quisesse, teria toda a colaboração e empenho do Senhor Deputado Municipal em poder ajudar a que se materializasse. -----

----- Proclamou que outra questão referente ao desporto, problema levantado na sessão, era o Pavilhão dos Desportos, sendo que se sabia, mais ou menos, a solução apontada pelo Executivo para o mesmo, que consistia em criar um centro de congressos mantendo a valência desportiva, nas partes em que fosse possível manter a mesma. Disse o Senhor Deputado Municipal que esperava que essa solução fosse avante e que se encontrassem parceiros capazes de ombrear com essa obra, a qual devia custar milhões. -----

----- Questionou qual o estado de desenvolvimento da recuperação da piscina dos olivais, a piscina da Avenida de Roma e a piscina do Campo grande, querendo saber como estavam os processos, referindo saber que “foi um tiro em África” conseguir quem tomasse em mãos a recuperação das respetivas piscinas, esperando que as mesmas se concretizassem e informassem em que ponto estavam os processos. -----

----- Indagou acerca da questão dos bairros históricos, referindo que essa questão foi levantada e que houve um grande empenho, quer da comissão de urbanismo quer da comissão da cultura, para que a candidatura á Unesco como património de paisagem urbana pudesse ser efetuada. -----

----- Referiu que houve uma grande unanimidade, mas queria saber da parte do Senhor Vereador Manuel Salgado, pois a Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto já não se encontrava presente, sobre o desígnio seguinte, ou seja, o lançamento concreto da proposta, o que é que estava a ser feito e como se iria desenvolver, no sentido de todos terem a esperança que se concretizasse. -----

----- Inquiriu sobre outro assunto, anteriormente referenciado pelo Senhor Vereador José Sá Fernandes, relativamente ao grupo de trabalho constituído no mandato anterior, grupo que tinha como missão atenuar os problemas que se sentiam no Bairro Alto e no Cais do Sodré. Disse que na sequência desse grupo de trabalho, foi produzido, como foi referido na Assembleia Municipal, um relatório que continha várias situações que era necessário serem resolvidas e que fazia algumas propostas, esse relatório foi aprovado em sessão de Câmara, logo teriam que ter seguimento as propostas que o mesmo apontava. -----

----- Referiu que uma dessas medidas era a do provedor dos bairros históricos, tendo sido aprovado na Assembleia Municipal por unanimidade, ou quase, uma proposta para a criação desse provedor e designação do mesmo, sendo outra proposta a criação

de uma associação para a promoção e desenvolvimento dos bairros históricos, a qual fazia parte da conclusão desse relatório.-----

----- Disse que outra proposta era a criação de um gabinete especial, para o tratamento de todas as questões que viessem a envolver esta grande área da cidade, que eram os bairros históricos, no sentido de resolver os problemas com muito mais profundidade e maior rapidez. -----

----- Concluiu as questões, às quais pretendia que o Senhor Vereador Manuel Salgado respondesse, pois tendo sido aprovadas no mandato anterior, se continuavam na ordem do dia e se era possível num futuro muito próximo, vê-las aprovadas, discutidas, para que as mesmas pudessem vir a ser implementadas. -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo** no uso da palavra agradeceu e disse que era um prazer ouvir o Senhor Deputado Municipal falar sobre este tema.-----

----- Reconheceu que o Partido Social Democrata tinha uma grande equipa na área do desporto.-----

----- Explicou que em relação à questão dos jogos desportivos da cidade de Lisboa, tinham uma ideia no programa de governo, que estava a ser concebida esperando vê-la concretizada em dois mil e quinze, que consistia em retomar um conceito diferente do que eram os jogos desportivos, mas, que iam em linha com o que o Senhor Deputado pretendia, que eram as Olíssiadas. -----

----- Disse que seria um projeto dedicado exclusivamente ao *target* sub-12, podendo ser alargado aos sub-14, mas dirigido a crianças e jovens. -----

----- Referiu que se tudo corresse bem, pretendiam lançar uma apresentação pública do projeto no segundo semestre de dois mil e catorze, subsequentemente fazer a apresentação do projeto a todas as Juntas de Freguesia no último trimestre de dois mil e catorze. -----

----- Explicou que o projeto ainda estava em fase de elaboração, pois tinham acabado um processo complicado de reforma administrativa na área do desporto, mas que teria todo o prazer em ter a colaboração do Senhor Deputado Municipal na elaboração do conceito, para ajudar a materializar um projeto que agradaria à cidade e que ao mesmo tempo, ajudasse a mobilizar pessoas para o projeto e parceiros para o seu financiamento.-----

----- Esclareceu que em relação às piscinas estavam em causa dois temas, referindo que se realizaram concursos internacionais nas piscinas do Campo Grande e dos Olivais, tendo sido ganhos pela empresa espanhola Ingesport, enquanto o da Avenida de Roma foi para outra empresa, também espanhola. -----

----- No caso da Avenida de Roma as obras estavam a evoluir bem, após uma complicação passada mas que estaria tudo bem, sendo que no caso das piscinas dos Olivais e Campo Grande tiveram problemas com o empreiteiro, mas que teria, em princípio na quinta-feira seguinte à data da intervenção, uma reunião com um responsável da Ingesport, o qual vinha a Lisboa para falar com o Senhor Vereador e que embora já tivessem apresentado uma solução de continuidade, era visível que os trabalhos diminuiriam o ritmo, mais concretamente o caso da piscina dos Olivais, e que embora já tivessem arranjado uma solução, vinham a Lisboa para falar com o

Senhor Vereador, mas que antes de falar com o responsável da empresa, não teria dados concretos em termos de prazos para poder responder ao Senhor Deputado Municipal.-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra disse que os bairros históricos eram uma prioridade de intervenção da área do urbanismo nos últimos seis anos e que recentemente tinha sido aprovado pela Assembleia Municipal a revisão dos planos da Mouraria, Alfama, Bairro Alto e Castelo e que na altura estariam a finalizar para levar a reunião de Câmara, o plano de pormenor de reabilitação urbana da Madragoa.-----

----- Disse que em relação à questão levantada pelo Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves, quanto à classificação de paisagem urbana histórica, abrangendo o conjunto dos bairros históricos da cidade de Lisboa, lembrou que no programa eleitoral do Partido Socialista, estava previsto retomar a candidatura da Baixa-Chiado a património da humanidade, sendo que estariam a ser recolhidos todos os elementos e estudos feitos no início dos anos dois mil, para preparar essa candidatura. -----

----- Afirmou que recentemente por recomendação do Senhor Deputado Vítor Gonçalves, secundado pela comissão de cultura dirigida pela Senhora Doutora Simonetta Luz Afonso, foi posta a hipótese de se proceder, não há classificação da Baixa como património da humanidade, mas sim como paisagem urbana histórica, para um território mais alargado e com um estatuto diferente do que anteriormente foi estudado, da Baixa como património da humanidade. -----

----- Explicou que tal como referiu na reunião conjunta com as duas comissões, a de urbanismo e de cultura, não dominam o programa e aquilo a que se prontificaram foi a fazer um estudo, agradecendo a informação fornecida, como uns relatórios facultados pela Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso, estando por outro lado a recolher informação sobre este tipo de classificações já adotada noutros países e tendo agendado num período breve, uma reunião com a representante da Unesco em Portugal para conhecerem melhor esta classificação, perceberem os condicionamentos da mesma e o necessário para ser desenvolvida. -----

----- Disse que o que referiu na reunião que teve com as duas comissões, foi a total abertura dos serviços de urbanismo, para estudarem e equacionarem esta hipótese de classificação e também desenvolverem um trabalho em estrita articulação, com as duas comissões da Assembleia Municipal e concretamente para uma próxima reunião com a representante em Portugal da Unesco, sendo que disse pensar que seria de todo o interesse irem acompanhados por representantes das duas comissões e assim trabalharem em conjunto para acharem uma solução. -----

----- Esclareceu que existia um acordo de princípio entre os membros da Unesco, em que os países que faziam parte da comissão que procedia a estas classificações, da qual Portugal era um dos membros, em princípio não deviam apresentar candidaturas e sendo Portugal um dos membros até dois mil e dezassete, só após esta data seria possível formalizar uma candidatura. -----

----- Referiu que este seria um trabalho de fundo, o qual implicava uma avaliação cuidada e extensa, não lhe parecendo serem incompatíveis os prazos e que se

chegassem à conclusão, esperava que sim, que este seria um caminho interessante a desenvolver, a meta de dois mil e dezassete era perfeitamente possível. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que o Senhor Vereador Manuel salgado não respondeu sobre a questão do Pavilhão Carlos Lopes, pois já anteriormente na mesma sessão tinha sido dada uma resposta pelo Senhor Vice-Presidente pelo que a mesa ia passar adiante. -----

----- Informou que estavam na terceira ronda de questões e que estavam mais dois deputados inscritos. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)** no uso da palavra disse que queria em nome do PCP falar sobre a vivência e o envelhecer de forma saudável na cidade de Lisboa. -----

----- Disse que na sociedade atual é um desafio crescente a satisfação das necessidades básicas das pessoas e das suas famílias, tendo-se como prioridade a saúde independentemente da idade de cada um. -----

----- Disse que falando de Lisboa, a primeira questão que se colocava à generalidade das pessoas era como viver e envelhecer com saúde na nossa cidade. -----

----- Referiu que era preciso ter presente o que era ter saúde, numa sociedade cada vez mais desigual de acesso, de oportunidade e de saberes. -----

----- Disse que numa perspetiva pró-ativa para o médico Silva Santos, responsável pelo PCP na conferência de representantes da Assembleia Municipal, ter saúde era saber gerir em cada momento da vida, as capacidades físicas e mentais com autonomia, de maneira que cada um se sentisse realizado pessoal e socialmente. -----

----- Afirmou que viver a cidadania plena era um aspeto crítico do envelhecimento saudável e os idosos que participavam social e politicamente na família, na sociedade, na instituição social ou política envelheciam melhor e com mais qualidade. -----

----- Expôs que na promoção da saúde dos idosos era prioritário prevenir as perturbações mentais, assegurar um sistema de apoio adequado a preservar a autonomia, independência e qualidade de vida, reduzindo o mais possível o fardo dos cuidadores. Disse que não se devia esquecer que os problemas de saúde dos idosos, tais como, doenças, incapacidade e desvantagens, raramente eram só de natureza médica, sendo também de natureza social e comunitária. -----

----- Disse que uma condição essencial à saúde e bem-estar era beneficiar de uma condição socioeconómica favorável, que infelizmente não acontecia a grande parte das pessoas, cuja vulnerabilidade se acentuava quando se tratava de pessoas idosas, com muitas a viver em absoluto isolamento, o que não podia deixar as pessoas de cabeça tranquila. -----

----- Afirmou que era necessário promover a saúde, melhorando o habitat, que incluía todos os fatores urbanísticos mas também de recursos sociais, era necessário melhorar os rendimentos e as disponibilidades económicas das pessoas idosas e aumentar e muito as reformas, ao contrário do que diariamente acontecia, por via dos cortes e mais cortes na vida das pessoas que o Governo PSD/CDS promovia sem cessar. -----

----- Disse que era preciso garantir o direito à intervenção dos idosos na gestão da coisa pública, incluindo nos serviços de saúde e sociais sem preconceito, afirmar a

cidadania plena como direito e não como esmola, promovendo o assistencialismo. Disse que era preciso afirmar a dignidade de quem passou a vida a trabalhar, a educar os filhos e agora se via limitado com cargas de austeridade sobre austeridade. -----

----- Referiu que Lisboa se batia com um intensificar do envelhecimento da população, destacando-se entre a população mais fragilizada aquelas que perderam o emprego, a família, a casa, hoje pessoas sem-abrigo, as crianças e jovens em risco, as pessoas vítimas da prostituição, de violência doméstica, pessoas com deficiências, entre outras. Disse que toda esta população necessitava de resposta a vários níveis, onde se incluía com papel relevante a saúde, sendo o pior atentado à mesma o desemprego e a precariedade no trabalho que tornava também a vida precária. -----

----- Disse que a Câmara Municipal tinha vindo a assegurar uma cooperação com o Ministério da Saúde, para a promoção do acesso aos cuidados de saúde por parte dos lisboetas. -----

----- Referiu que a CML tinha assumido também a elaboração de instrumentos para o planeamento de uma estratégia de saúde local, sendo exemplo a carta de equipamentos de saúde de Lisboa, citando-a, que a mesma pretendia apoiar e fomentar a criação de uma rede cuidados continuados em colaboração com o Ministério da Saúde, sendo um exemplo constante do programa do Executivo para a cidade de Lisboa. -----

----- Concluiu que estando em revisão a carta de saúde de Lisboa, era importante conhecer como se desenvolvia a atualização da mesma, como se processava o debate sobre os serviços de saúde e da saúde na cidade de Lisboa, que grau de cumprimento e de execução se podia falar, qual o calendário necessário e que verbas se fixaram para cumprir tal desiderato. -----

----- **O Senhor Vereador João Afonso** no uso da palavra disse que a resposta que iria dar esperava que a Senhora Deputada Municipal entendesse, como a resposta que o Senhor Vereador teria para dar, pois não responderia à pergunta efetuada pela Senhora Deputada Municipal e explicaria porquê. -----

----- Disse que o que a Câmara tinha aprovado em Assembleia Municipal foi a Carta de Equipamentos de Saúde aprovada em Junho de dois mil e nove, a qual identificava as carências decorrentes do desenvolvimento das principais zonas em transformação, quer em cuidados primários de saúde, centros de saúde e unidades de saúde familiar, quer nos cuidados continuados integrados de saúde. Disse que tal deu origem a um contrato programa entre a CML e o Ministério da Saúde, do qual resultou a construção de uma série de centros de saúde que tinham vindo a ser construídos, alguns funcionavam, outros entraram em funcionamento, deixaram de funcionar e entraram novamente em funcionamento parcial, como o caso da Boavista, sendo uma história rocambolesca sobre o comportamento do Ministério da Saúde. -----

----- Explicou que a Carta de Equipamentos era uma carta territorial integrada no Plano Diretor Municipal e que seria revista, tal como outras cartas, como a de desporto, educação e a de equipamentos de saúde. -----

----- Referiu que a Carta de Equipamentos de Saúde teve na Assembleia Municipal, algumas críticas, nomeadamente em relação aos hospitais, sendo que nessa altura pelo

que era do seu conhecimento e lhe foi relatado, a Administração Regional de Saúde e o Ministério da Saúde não mostraram qualquer disponibilidade para discutir o assunto, logo a estratégia do Ministério era a que estava vertida na carta de equipamentos de saúde. -----

----- Explicou que o que o Executivo estava a executar era um Plano Municipal de Desenvolvimento de Saúde em Lisboa, os chamados Planos Municipais de Saúde, documento preconizado pela Organização Mundial de Saúde no âmbito das cidades saudáveis, sendo um plano para a saúde e não um plano para a doença, uma tentativa de uma forma estratégica dos vários intervenientes, tal como o Ministério da Saúde, de se pensar uma política para a cidade mais saudável a qual ia desde a alimentação, desporto, cultura, atividades para os idosos e primeira-infância, equipamentos para a primeira-infância, creches, quase no âmbito do que a Senhora Deputada Municipal referiu, ou seja, tendo em conta as condições reais de vida dos cidadãos, emprego, desemprego, rendimentos, habitação, transporte, preconizando políticas de alteração mas que não obrigatoriamente executadas, sendo um plano estratégico e não um plano de atividades. -----

----- Afirmou que o plano era uma tentativa de concertação, em que a Câmara assumia a sua quota de responsabilidade no que eram os seus campos de atuação, tentando levar os outros parceiros a assumir a sua responsabilidade. -----

----- Referiu que o objetivo era acabar o diagnóstico até ao final de Maio de dois mil e catorze, tendo o Plano Municipal de Saúde até ao princípio de Dezembro do ano de dois mil e catorze. Disse que o âmbito do documento era mais complexo, mas que o mesmo tinha questões como a cidadania, equidade e acesso aos cuidados de saúde, qualidade em saúde e políticas saudáveis, encontrando-se ainda a construir os parâmetros que iriam ter em consideração, mas que era um processo em discussão.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Mariana Mortágua (BE)** no uso da palavra disse que tinha sido bom o Senhor Presidente ter trazido o tema da reciclagem, dado que a Senhora Deputada Municipal trazia consigo uma tomada de posição assinada pelo Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa António Costa, onde se lia no primeiro ponto que reiterava a posição da Assembleia Metropolitana de rejeitar a privatização da Empresa Geral de Fomento S.A., sendo esta clareza, empenho e determinação que a Senhora Deputada Municipal queria obter na pergunta que iria fazer, a qual era uma reciclagem de várias que fez anteriormente, pelo facto de o Senhor Presidente nunca lhe ter respondido, logo não poderia fazer mais senão dirigir-se à Assembleia Municipal e fazer uma reciclagem das perguntas, mudando uma palavra ou outra, sendo que o Senhor Presidente continuava a dar a mesma resposta, mudando uma palavra ou outra, logo, continuavam a perguntar e o Senhor Presidente a não responder. -----

----- Afirmou que o Senhor Presidente referiu na Assembleia Municipal que mantinha a mesma posição desde que fez campanha como candidato António Costa, que já teria comunicado a sua posição ao Governo, ao Ministério e ao Senhor Secretário de Estado, sendo que a Senhora Deputada Municipal, questionou se a Assembleia Municipal não seria um sítio tão bom como o Governo, para comunicar a sua posição

e qual seria a razão para que não a comunicasse à Assembleia Municipal e aos Deputados Municipais, pois na resposta do Senhor Presidente, já teria comunicado a todos mas que ninguém sabia a sua posição, sendo que a Senhora Deputada Municipal disse que a Assembleia Municipal lhe parecia um ótimo lugar para os Deputados Municipais ficarem a conhecer a posição da Câmara Municipal de Lisboa relativamente a um assunto tão importante e que as questões persistiam.-----

----- Questionou qual o modelo que a Câmara Municipal defendia para os transportes de Lisboa. -----

----- Disse que inicialmente não existia um entendimento com o Governo e que as declarações do Senhor Presidente foram que não havia entendimento, pois o Senhor Secretário de estado não ouvia, mas que depois houve entendimento, segundo as declarações do Senhor Secretário de Estado. -----

----- Questionou se existia ou não entendimento e o que teria mudado entretanto. -----

----- Perguntou se a concessão era má, ou se só seria má, se não houvesse uma contrapartida financeira para a Câmara Municipal de Lisboa, ou se seria má por prestar um mau serviço e que sendo um serviço público, devia de facto ser público e ser gerido por empresas públicas. -----

----- Questionou se a Câmara Municipal iria ter contrapartidas ou não, se iria participar ou não do concurso de concessão, se iria gerir ou não os transportes ao lado dos operadores privados, em nome dos quais foram efetuadas as reestruturações operacionais, os despedimentos e os cortes. -----

----- Interrogou se iria ou não repor os passes sociais para idosos e estudantes, se iria ou não descer os preços, aumentar a qualidade e a cobertura dos transportes públicos em Lisboa. -----

----- Referiu que o concurso seria lançado no segundo trimestre e que esse mesmo trimestre começava na data da atual intervenção, dia um de abril, logo custava a crer à Senhora Deputada Municipal, que a Câmara municipal não tivesse um resultado e uma posição definida em relação a esse processo. -----

----- Disse que o que era sabido era que a Câmara municipal estaria a negociar e que teria negociado, a concessão dos transportes de Lisboa nas costas dos Municípios, os quais não teriam qualquer informação sobre a matéria, sendo que se recusava a dar explicações sobre o assunto aos representantes dos municípios na Assembleia Municipal.-----

----- Disse que, fazendo uma reciclagem das anteriores questões colocadas pela Senhora Deputada Municipal, questionava novamente o Senhor Presidente sobre qual a posição da Câmara municipal de Lisboa e qual o resultado das negociações, acerca do processo de concessão ou privatização dos transportes de Lisboa. -----

----- **O Senhor Presidente**, no uso da palavra felicitou a Senhora Deputada Municipal pela sua capacidade para reciclar perguntas.-----

----- Disse que se conheciam mal, mas que adorava responder com muita precisão às questões que lhe eram colocadas.-----

----- Referiu que se a Senhora Deputada Municipal ficou com a ideia errada de que o Senhor Presidente não queria responder à pergunta, seria por julgar que a Senhora

Deputada Municipal conhecia o documento oficialmente aprovado pela Câmara Municipal, sobre a questão do modelo de transportes públicos na cidade de Lisboa. ----

----- Explicou que esse documento foi aprovado em Maio ou Julho de dois mil e treze no plenário da Câmara Municipal, sendo esse documento muito claro sobre o que o Executivo da Câmara pensava sobre a matéria, tendo sido referido várias vezes pela Câmara Municipal. -----

----- Referiu que em cinco de Outubro de dois mil e oito, teve uma intervenção defendendo a necessidade de uma dupla descentralização no modelo de governação da cidade de Lisboa, dos Municípios para as Freguesias e do Estado para os Municípios, tendo sido por si referido várias vezes, que teriam feito a sua parte em relação à descentralização de competências para as Freguesias, faltando ao Estado fazer a descentralização para os Municípios. -----

----- Disse que em relação à matéria da descentralização dos poderes do Estado para os Municípios dava sempre os mesmos dois exemplos e não mais para não baralhar, sendo o policiamento do trânsito e gestão dos transportes públicos, logo, no seu entendimento, na cidade de Lisboa, a exemplo do que acontecia em todo o País e de acordo com a lei das atribuições dos Municípios, a competência para a gestão dos transportes públicos devia ser uma competência municipal. -----

----- Indicou que no caso concreto da cidade de Lisboa a questão tinha outra dimensão, pois quer a Carris quer o Metro, foram empresas que foram concessões municipais, que por razões diversas foram objeto de nacionalização, uma em mil novecentos e setenta e três e a outra em mil novecentos e setenta e cinco, logo, desde essas datas que se vivia em Lisboa um estado de exceção, tendo os direitos patrimoniais do município sido apropriados pelo Estado no ato de nacionalização, sendo que o decreto do Metro referia que, diploma próprio havia de regularizar a indemnização da Câmara Municipal de Lisboa, conta que o município tinha de efetuar com o Estado pela indemnização devida por um ativo nacionalizado ao longo de tanto tempo. -----

----- Afirmou que o que o Executivo municipal tinha referido ao Governo era que os transportes públicos em Lisboa deviam ser uma competência municipal, sendo que o Governo ouviu a posição do Executivo Municipal e optou por ouvir também outras entidades, questionando a Câmara se estaria interessada em ouvir a posição de outras entidades, à qual a resposta do Executivo Camarário foi positiva, pois enriqueceria o universo de informação, melhorando o processo de decisão. -----

----- Asseverou que a Câmara não tinha razão nenhuma para alterar a orientação definida no ano anterior, a qual constava do programa eleitoral de candidatura e que foi lida pela Senhora Deputada Municipal. -----

----- Esclareceu que as conversações decorriam e que achava positivo da parte do Governo ter mostrado disponibilidade, não só para ouvir como para negociar com o Município de Lisboa o modelo de gestão dos transportes públicos na cidade de Lisboa.-----

----- Afiançou que não tinha um resultado final pois como afirmou a Senhora Deputada Municipal, só na data da referida Assembleia Municipal tinha começado o segundo trimestre, achando que ainda se estava a tempo de chegar a acordo, pois não

sendo garantido também não era impossível, mas que a posição do executivo era a que se conhecia e teria de se aguardar o decorrer dos trabalhos, a informação necessária e as avaliações necessárias para terem uma resposta cabal. -----

----- Explicou que o Executivo teve oportunidade de reunir, quer com a comissão de trabalhadores da Carris quer com a estrutura representativa dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, aproveitando para ouvir a posição dos mesmos e transmitindo a da Câmara, crendo que brevemente teria informação e dados suficientemente claros para poder tomar uma posição final, tal como o Estado, podendo assim avançar mais no diálogo e talvez frustrar um pouco a expectativa da Senhora Deputada Municipal em relação à posição da Câmara sobre a matéria. Disse que tinha a certeza que não seria isso que deixaria de fazer com que o Bloco de Esquerda continuasse a criticar o Executivo Municipal. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que iriam entrar na quarta ronda de questões.----

----- **O Senhor Presidente** pediu à Senhora Presidente para acrescentar dados para complementar a explicação anterior dada, sobre a deliberação de Câmara referida pelo mesmo, informando que era a moção 3/2013 que foi aprovada na reunião de Câmara de vinte e quatro de Abril de dois mil e treze, dizendo para a Senhora Deputada Municipal ter em atenção os receios que a situação lhe podia inspirar, uma moção aprovada no dia vinte e quatro de Abril, sobre o futuro do transporte público. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que a mesa iria distribuir a moção 3/2013 por todos os grupos municipais. -----

----- **O Senhor Deputado José António Cardoso Alves (PS)** no uso da palavra disse que a dúvida que tinha era sobre um equipamento cultural, de seu nome Museu da Música, o qual achava da maior relevância para a cidade, em particular para a junta de freguesia de São Domingos de Benfica, referindo que o equipamento cultural era importantíssimo, para a respetiva freguesia e cidade. -----

----- Questionou a existência definitiva, ou não, do museu dentro da cidade, ou da possível transferência do mesmo para Mafra. -----

----- Referiu não ser inocente falar-se em Mafra, pois a sua Câmara pertencia ao PSD, logo o assunto passaria por questões governamentais. -----

----- Interrompeu o raciocínio dizendo que reparou na satisfação patente no seu amigo Vítor.-----

----- Pediu que lhe fosse esclarecido e que o Senhor Presidente António Costa tivesse um empenho pessoal sobre o tema em questão, pois a acontecer a saída do Museu da Música da cidade de Lisboa, em particular da sua Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, seria uma perda muito importante para a cidade. -----

----- Voltou a frisar que gostava, se possível, de ver esclarecida a questão do Museu da Música, inclusive frisou, teve o cuidado de falar com a diretora do museu e com alguns funcionários, os quais mostraram estranheza na condução do tema e que se mostraram disponíveis para permanecerem no mesmo local. Disse que gostaria de deixar vincada a posição dos trabalhadores, em particular a da diretora.-----

----- Questionou se era ou não verdade, a saída do museu da freguesia e consequentemente da cidade, o qual achava um perda para a cidade e para a sua Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica.-----

----- **O Senhor Presidente**, no uso da palavra referiu que a Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto tem mantido contatos com o Senhor secretário de Estado da Cultura sobre esse tema, mas que não sabia pormenores devido ao facto da Senhora Vereadora já não estar presente na altura da pergunta por não constar da lista dos temas, mas que certamente iria pedir à Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto para entrar em contacto com o Senhor Vereador, para que o pudesse informar sobre os contactos que foram mantidos sobre essa questão. -----

----- **O Senhor Deputado Vasco Morgado (PSD)** no uso da palavra disse que em relação a um pedido do gabinete do Senhor Vereador Jorge Máximo, para umas obras de reestruturação e requalificação das artérias que a freguesia consideraria mais importantes e mais prementes, foram indicadas três artérias, não para alcatroamento, porque nessa zona não devia ser aplicado o alcatrão, mas sim para repavimentação em cubo granito. -----

----- Questionou, em defesa da freguesia, em que termos e tempos estavam a ser consideradas essas mesmas reestruturções viárias. -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo** no uso da palavra disse que, tal como referido pelo Senhor Deputado Municipal, as instruções dadas era para que além de se analisar a questão da sujidade e da gravidade para se criar um cronograma projetado, respeitando as características locais e atendendo à preservação do conceito inicial do pavimento, sendo que as únicas alterações que poderiam ocorrer, seria de artérias que ficam em confluência de zonas, que estejam consideradas no plano de reordenação do espaço público, sendo que nesses casos todas as Juntas de Freguesia seriam envolvidas, pois é um trabalho articulado diretamente com o gabinete do Senhor Vereador Manuel Salgado em que as juntas acompanharão, logo a preocupação do Senhor Deputado Municipal estaria salvaguardada. -----

----- **O Senhor Deputado Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra disse que o partido se continuava a cingir às perguntas enviadas à Senhora Presidente, e que na sua opinião essa situação deveria ser bem definida em termos das novidades introduzidas se era possível ou não, pois assim iriam preparar-se de outra maneira, mas que iriam comentar obviamente as respostas que obtiveram em relação ao Pavilhão Carlos Lopes, como exemplo, mas que foi evidente que ficou a dúvida e que o Senhor Vereador Jorge Máximo já teria dito na Comissão de Educação Desporto Cultura e Juventude que a Câmara não teria dinheiro para recuperar o Pavilhão dos Desportos, Pavilhão Carlos Lopes, mas que a questão seria, saber o que a Câmara iria fazer, se concessão, se perda para a cidade ou se era objeto de grandes realizações também na área do desporto, ou seja, se o pavilhão iria efetivamente servir a cidade, os clubes, as pessoas, nas práticas desportivas e culturais. -----

----- Disse que iam acompanhar o problema com todo o interesse. -----

----- Referiu que em relação à descentralização e às questões que colocaram, que foi visível a felicidade na instabilidade do Senhor Vereador, que respondeu às questões colocadas sobre as freguesias. -----

----- Disse que embora sendo cedo, iriam acompanhar tudo o que se iria desenvolver a nível das freguesias, relativamente ao alijar de responsabilidades da Câmara para as novas freguesias e que obviamente trariam todos os problemas, inquietações e dúvidas, mas também obviamente iriam assinalar tudo o que de positivo viesse a resultar das mudanças e transferências. -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra disse que conforme já tinha sido explicado em relação ao pavilhão Carlos Lopes, o mesmo tinha sido encerrado em dois mil e três por motivos de segurança estrutural. -----

----- Disse que em dois mil e oito a Câmara Municipal estabeleceu um acordo com o Estado Português visando a cedência do Pavilhão, para nele ser instalado o Museu Nacional do Desporto, proposta essa aprovada em Câmara em vinte do onze de dois mil e oito. -----

----- Disse que o Instituto do Desporto e a Secretaria de Estado da Juventude, lançou um concurso para aquisição do projeto o qual depois anulou, lançou novo concurso com despacho ministerial de catorze do cinco de dois mil e nove, tendo este também sido anulado, sendo que aquando da entrada em funções do novo Governo notificou a Câmara que não estava interessado em desenvolver o novo Museu do Desporto, logo o programa inicialmente pensado de transformar o pavilhão num museu, parque e como elemento de dinamização do próprio parque Eduardo VII ficou sem efeito. -----

----- Referiu que após esta situação decidiu-se lançar um concurso público internacional de conceção-exploração do Pavilhão Carlos Lopes, promovido em dois mil e doze, tendo tido um único concorrente com um programa diversificado para o pavilhão com a valência de desporto e uma série de valências complementares. Disse que a proposta foi discutida em reunião de Câmara, onde se constatou que o concorrente não dava garantias suficientes para a execução do projeto e havendo também dúvidas em relação ao programa avançado, tendo-se decidido anular o concurso já em dois mil e treze. -----

----- Explicou que a Câmara se encontrava a desenvolver estudos para se encontrar um programa consistente para a utilização do Pavilhão, que compatibilizasse a valência desporto com outras valências, não estando fechado nenhum programa e estudando-se várias hipóteses, sendo que oportunamente, após estudadas as alternativas e analisadas as possibilidades de financiamento da operação, seria levado à Câmara uma proposta para se tomar uma decisão sobre a utilização futura do Pavilhão Carlos Lopes. -----

----- Disse que era a possibilidade no momento, embora todos gostassem de uma solução no curto prazo pois com o passar do tempo seria maior a degradação do edifício, mas teria de se dar passos seguros pois não se poderia avançar com um programa megalómano, que depois não haveria possibilidade de se sustentar. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que a Câmara tinha vindo a utilizar tempo de várias forças políticas, que estavam na fase final do debate e a Câmara ainda podia dispor de nove minutos do grupo municipal do Partido Socialista. -----

----- **O Senhor Deputado Hugo Xambre (PS)** no uso da palavra disse que havia uma matéria que era motivo de preocupação para o município de Lisboa que era a venda e privatização da EGF e da Valorsul e do sector dos resíduos, tema que ainda não tinha sido abordado na sessão de perguntas.-----

----- Disse que ao nível de Lisboa a decisão podia ser compreensível se o serviço prestado pela Valorsul fosse mau, se tivesse um preço de serviço muito alto ou se tivesse maus resultados financeiros, mas não, a Valorsul cumpria a sua missão, com processos do ponto de vista tecnológico altamente conseguidos, com preços entre tratamento/resíduos bastante mais baixos que as empresas privadas, em suma, a Valorsul era uma empresa bastante equilibrada.-----

----- Disse que a perda da Valorsul a nível da cidade de Lisboa, a acontecer, traduzir-se-ia num aumento do custo do tratamento de resíduos com maiores encargos sobre os municípios.-----

----- Questionou à Câmara Municipal de Lisboa se a nível de dividendos, com a quota que a Câmara de Lisboa, se no ano de dois mil e treze a empresa Valorsul teve capacidade de distribuir dividendos à Câmara, ou seja, se foi uma empresa capaz de apresentar resultados positivos de forma a dar dividendos ao conjunto de acionistas.---

----- Perguntou se a empresa era viável e se a Câmara Municipal de Lisboa, que tinha uma cota de 17,85 por cento, se tinha interesse em aumentar a sua cota na empresa através da aquisição de ações da EGF que o Estado queria vender e se o interesse existia, porque ainda não o teriam feito.-----

----- **O Senhor Presidente**, no uso da palavra disse que vinte anos antes, o Estado, o município de Lisboa e vários outros municípios da área metropolitana de Lisboa Norte, constituíram uma empresa, a Valorsul, que era uma empresa exemplar na sua eficiência ambiental, económica e financeira.-----

----- Disse que no conjunto serviam além dos cinco municípios, dezanove municípios no total, com a adesão dos municípios da Resioeste, tendo uma das tarifas mais baixas do País e que todo o passivo ambiental da região, do ponto de vista dos resíduos sólidos urbanos, foi resolvido com o trabalho da Valorsul.-----

----- Disse que a empresa tinha gerado frequentemente lucro e que no exercício do ano anterior, embora as contas ainda estivessem a fechar, tinha gerado lucro na ordem dos seis milhões de euros tendo o município de Lisboa direito a uma fatia na ordem dos seiscentos mil euros de distribuição de dividendos.-----

----- Referiu que a empresa trabalhava com grande eficiência nos custos, em comparação com os municípios vizinhos inseridos noutra sistema, a TratoLixo, os quais pagavam sessenta euros por tonelada de lixo, com défice tarifário, enquanto a CML pagava vinte euros por tonelada, sem défice tarifário.-----

----- Explicou que não havia nenhuma razão para se pensar que a empresa era mal gerida ou que outros poderiam fazer melhor gestão, do que a que o Estado e os municípios estavam a fazer até então.-----

----- Afirmou que não havia razão para privatizar uma empresa que necessariamente funcionava numa situação de monopólio de facto, e a quebra desse grupo acionista só se justificava, se acabasse com esse monopólio de facto.-----

----- Garantiu que o fim desse monopólio de facto fragilizaria a economia de todo o processo de tratamento, tendo como consequência condições ambientais negativas. ----

----- Elucidou que o Executivo Municipal era contra a privatização da EGF, mas também, contra o facto de o Estado, unilateralmente, ter colocado o modelo societário em crise, quando tinha definido e imposto aos municípios durante vinte anos, dada a importância estratégica da empresa, que o Estado tivesse cinquenta e um por cento da mesma, nunca tendo permitido aos municípios adquirirem mais de quarenta e nove por cento da empresa. -----

----- Declarou que não se percebia que o Estado de um dia para o outro deixasse de considerar, não só prioritária, mas considerar que devia privatizar integralmente a sua presença na empresa, não permitindo aos municípios a aquisição.-----

----- Disse que o modelo estabelecido para a privatização, só dava como alternativa aos municípios vender a sua participação, ficando impedidos pela lei de adquirir a participação do Estado. -----

----- Mencionou que os municípios da Valorsul afirmaram, que em caso algum aceitariam ter menos de cinquenta e um por cento do capital da empresa, mostrando-se disponíveis para adquirir a participação que o Estado quisesse alienar de modo a obterem os cinquenta e um por cento do capital da empresa. -----

----- Referiu que a empresa não era uma empresa em que os municípios eram somente acionistas, mas que também eram clientes e fornecedores da matéria-prima, logo o processo não seria viável em conflito com os municípios, na qualidade de acionistas, clientes ou fornecedores da matéria-prima. -----

----- Disse que os municípios não podiam aceitar um processo, no qual não estava garantida a sustentabilidade do investimento no futuro, dado que um equipamento desta natureza necessitaria de investimentos de manutenção e renovação, sendo que as empresas e os Governos passam, mas as cidades e os munícipes ficam, e que nos vinte anos seguintes continuaria a ser necessário proceder ao tratamento dos resíduos sólidos urbanos, sendo necessário assegurar a durabilidade do respetivo equipamento. -

----- Afirmou que era necessário garantir o equilíbrio da situação tarifária, o que acontecia com o sistema vigente, mas deixaria de o ser se fosse feito como no setor das águas, a horizontalização dos sistemas para que passasse a ser pago com a tarifa, a ineficiência de outros sistemas, tal como seria necessário garantir que a posição acionista dos municípios não seria esmagada por sucessivos aumentos de capital, além de que o reforço associatório dos municípios era fortemente limitado pela lei e sujeito a autorização das entidades tutelares. -----

----- Disse que o significado do quadro em que o processo se estaria a desenvolver, era completamente inaceitável, algo que afirmou ter visto toda a gente a perceber, inclusive vários dos interessados em acorrer ao processo de privatização, os quais explicaram várias vezes, não terem nada contra os municípios manterem cinquenta e um por cento do capital da Valorsul, sendo o Governo o único a não perceber o problema.-----

----- Confirmou que relativamente ao processo, teve pena que o Governo não tivesse espírito de diálogo revelado em outras situações, nomeadamente na matéria dos

transportes públicos na cidade de Lisboa, esperando que fossem os bons exemplos a ter efeito contaminador no Governo e não os maus.-----

----- **A Senhora Presidente** informou que a mesa recebeu uma carta, informação já dada em sede de conferência de representantes, do Senhor Ministro Moreira da Silva, informando da decisão do Governo de vender a sua parte na EGF, incluindo também a Valorsul, informando que o município de Lisboa, se quisesse, poderia vender também a sua participação, tendo a mesa respondido enviando as moções aprovadas pela Assembleia Municipal contra a privatização da EGF/Valorsul e referindo que o município de Lisboa não só não estava interessado em vender, como, em conjunto com outros municípios da área metropolitana de Lisboa, estava interessado em comprar, pelo menos até aos cinquenta e um por cento, e que não compreendia, porque o Governo não abria essa possibilidade ao poder local, logo completamente convergente com a posição do Executivo Camarário, foi transmitida a posição da Assembleia Municipal.-----

----- **O Senhor Deputado Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra disse que, antes do assunto que lhe levou a pedir a palavra e a propósito da anterior intervenção do Senhor Presidente, na sua opinião o assunto da privatização da EGF/Valorsul deveria ser aprofundado na Assembleia Municipal, pois seria de todo o interesse que houvesse alguma pressão ou que se arranjasse uma solução que defendesse os interesses da cidade e que embora o Senhor Presidente não tenha falado, havia ainda o problema da Tratolixo, que poderia ser acoplada à decisão da EGF, logo existiam na situação, um conjunto de problemas vastos, que na opinião do Senhor Deputado Municipal deviam ser profundamente debatidos para que pudessem todos, independentemente da força política que representassem, terem uma ideia clara e uma posição que defendesse o interesse da cidade de Lisboa.-----

----- Questionou o Senhor Vereador Manuel Salgado, pois na sua opinião, não lhe respondeu na primeira intervenção, relativamente às decisões tomadas no relatório da comissão sobre o Bairro Alto e Cais do Sodré. Essas posições, relacionadas com a criação da figura do provedor dos bairros históricos, a associação da valorização e dinamização dos bairros históricos e ainda o gabinete para tratamento das questões que envolviam esses mesmos bairros. -----

----- Perguntou ao Senhor Vereador Manuel Salgado se estaria de acordo com a decisão que foi tomada no mandato anterior e se faria o possível e o impossível, para as implementar no mais curto espaço de tempo. -----

----- **A Senhora Presidente** deu a palavra ao Senhor Vereador José Sá Fernandes e informou que o Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves suscitou uma questão que já vinha do mandato anterior, para urgência ou vantagem de criar um provedor dos bairros históricos, uma associação de desenvolvimento dos bairros históricos e um gabinete especial para a promoção dos bairros históricos.-----

----- Referiu que essas três questões não foram respondidas nem pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, nem por ninguém, portanto o Senhor Deputado Municipal insistiu nelas.-----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes** no uso da palavra afirmou que foram algumas das propostas referidas no relatório final que foi aprovado, mas que as propostas, como eram do conhecimento do Senhor Deputado Municipal, não chegaram a ser votadas, pois os próprios correligionários acharam que se devia retirar a proposta, logo achou que se devia voltar a conversar sobre essas matérias entre os elementos da lista do PS e PSD, para se perceber em que moldes apresentariam uma nova proposta, pois a proposta que ambos acharam que era boa, os seus próprios correligionários acharam que não era grande coisa. -----

----- Referiu que da parte do Executivo Municipal havia toda a disponibilidade para conversar sobre a matéria, voltando à carga sobre o assunto. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que assim se viu a riqueza da democracia e que aguardaria os desenvolvimentos. -----

----- Informou os Senhores Deputados Municipais, que para gestão dos tempos de intervenção, só tinham mais três inscrições na mesa, uma do PS e outra do PCP. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra disse que não sendo propriamente uma questão, lhe pareceu importante fazer um comentário em relação à questão do jardim do Príncipe Real. -----

----- Declarou que quando anteriormente colocou as questões, nomeadamente ao Senhor Vereador José Sá Fernandes, as mesmas diziam respeito ao pavimento, mas na resposta, o Senhor Vereador referiu uma série de jardins que foram requalificados, alguns, bem não sendo esse caso, e referiu como exemplo o pavimento do jardim da Estrela por ser um bom pavimento, impermeável, limpo e mais duradouro, mas que em relação ao jardim França Borges no Príncipe Real, questão essa, já objeto de requerimento da parte do partido «Os Verdes», respondido pela Câmara em Fevereiro de dois mil e onze, onde explicaram que a Câmara tinha solicitado um conjunto de análises ao LNEC e que mediante o resultado das análises seriam tomadas as medidas corretivas. -----

----- Disse que o que era facto e como conclusão, era que o piso do jardim do Príncipe Real era mais barato, mas menos eficaz, sendo arenoso, libertando partículas e tornando fastidiosa a permanência no jardim, impedindo a sua fruição. Disse que teria que ser revisto, logo o barato saiu caro. -----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes** no uso da palavra reafirmou que, nos inúmeros jardins que foram arrançados os pavimentos eram bastante confortáveis e talvez mais baratos que o que foi colocado no Príncipe Real, mas que a questão não seria o preço, mas se serviam ou não a população. -----

----- Disse que de facto havia dois problemas em jardins na cidade de Lisboa, um no Príncipe Real, que tudo indicava que teria sido mal aplicado, embora tenham tentado junto do empreiteiro que fez a obra solucionar o caso, não tendo sido possível. -----

----- Explicou que tentaram arranjar uma solução alternativa, que aplicaram, mas que não se revelou totalmente eficiente, mas que procuravam uma terceira solução para resolver o problema de vez, mas que dependeu muito dos pareceres que tinham do antigo IGESPAR/IPAR, que obrigou a colocar aquele tipo de pavimento ou parecido,

pois sendo um jardim histórico, devia ter determinadas características como as que foram aplicadas no Príncipe Real. -----

----- Disse que a técnica de juntar betão com outras matérias, por forma a tornar o piso mais permeável, era uma discussão existente em toda a Europa, pois se se fosse a alguns jardins em Paris, o piso era praticamente areia e provavelmente não seria bom aplicá-los no Príncipe Real. -----

----- Afirmou que estavam a tentar arranjar uma solução melhor para o Príncipe Real e que iriam certamente, com a Junta de Freguesia e as equipas especializadas na matéria dos pavimentos, arranjar uma boa solução. -----

----- Transmitiu que estavam muito esperançados que a solução aplicada no jardim de Santos fosse boa, não tendo a certeza, mas que poderia ser uma solução, com outra cor, mas que poderia ir por aí. -----

----- Referiu ser uma matéria que estava a ser estudada, como tinha referido anteriormente à Senhora Deputada Municipal, repetindo que estavam a estudar, que tinham muito interesse em resolver o problema do Príncipe Real, a Junta de Freguesia também, os munícipes e que iriam arranjar com certeza uma boa solução para o jardim do Príncipe Real. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que só tinham mais uma inscrição do PCP e que não havia mais inscrições na mesa. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graça Ferreira (PS)** no uso da palavra disse que o assunto sobre o qual iria falar, seria as novas competências das Juntas de Freguesia enquadradas no processo da reorganização administrativa, mais especificamente, do edifício da Casa da Cultura da Ameixoeira onde existia uma cantina social, assunto já referenciado anteriormente. -----

----- Mencionou que o referido edifício já tinha alguns anos mas que nunca teria tido alguma utilização, nem para a finalidade para que teria sido construído, ou seja, como casa da cultura cigana, sendo que a própria comunidade cigana não assumiu a sua gestão, por isso, o edifício sem utilização e provavelmente com uma construção com algumas deficiências, não o discutindo, referiu que o que era certo é que estava num estado altamente degradado. -----

----- Referiu que o edifício apresentava vulnerabilidades diversas e perigosas ao nível da cobertura, permitindo em vários locais infiltração de águas que escorriam pelos canos elétricos, tendo danificado vários tetos de várias salas e ao nível dos revestimentos exteriores, que também permitiam infiltrações de água das chuvas, afirmando que eram circunstâncias globais. -----

----- Afirmou que um episódio num passado recente estava relacionado com as intempéries que assolaram a cidade de Lisboa, que com os ventos fortes que ocorreram, danificaram ainda mais a estrutura já de si vulnerável. -----

----- Relatou que ao nível do quarto piso, um vidro enorme começou a deslocar-se, tendo sido objeto de comunicação à proteção civil, que vendo as circunstâncias no local mandou proceder ao seu encerramento, sendo que começaram aqui as questões.--

----- Transmitiu que obviamente a junta de freguesia herdou a situação e que nunca teriam feito tal protocolo sem salvaguardar estas condições, pois são questões de

segurança as que referiu, mas que herdaram uma situação e deram-lhe sequência por duas razões. O motivo principal foi por estarem situados numa freguesia onde existiam muitas outras vulnerabilidades ao nível socioeconómico de uma boa parte da população, logo faria todo o sentido a existência de uma cantina social, naquele edifício ou noutra, não seria essa a questão, mas era uma grande necessidade, provavelmente não a única resposta, acoplada com outras medidas, tais como um banco social e outras ainda, uma necessidade urgente face aos grandes problemas que a população enfrenta e que eram do conhecimento de todos. -----

----- Disse que a junta de freguesia era totalmente de acordo com a existência de uma cantina social eventualmente com uma amplitude maior que a existente, mas a questão era que a cantina, fruto das condicionantes referidas, encontrava-se encerrada pela proteção civil por dois meses e os gastos decorriam, com o pagamento ao pessoal e afins, sendo que a população que era o fim último e para quem a cantina estava a funcionar, estava sem o serviço destinado.-----

----- Referiu que os assuntos foram comunicados, estando presentes os Senhores Vereadores da área da segurança, Senhor Vereador Carlos Castro das obras, Senhor Vereador Jorge Máximo e também a Senhora Vereador Paula Marques, sendo que com todos eles ao longo do tempo as questões foram debatidas. -----

----- Afirmou que as respostas foram dadas, mas que pedia que para além disso, informassem a Assembleia Municipal do ponto da situação. -----

----- **A Senhora Presidente** informou a Senhora Deputada Municipal que a intervenção foi um pouco desconfortável para a mesa, pois a Senhora Deputada Municipal chegou depois de a sessão ter começado, havendo uma pergunta expressa do PAN sobre a matéria da cantina da Ameixoeira a que foi dada resposta pela Câmara, voltando a Senhora Deputada Municipal a colocar as mesmas questões a que Câmara já tinha respondido, sendo que a mesa não sentia necessidade de dar a palavra à Câmara, pois a mesma já tinha respondido sobre a respetiva matéria.-----

----- Acedeu a um pedido de palavra do PAN para explicitar uma dúvida. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra disse que tendo em conta que os dois vidros referidos antes podiam ser substituídos, e que nos momentos em que a cantina foi fechada estava a funcionar em perfeitas condições, tendo sido essa a informação que lhe foi dada, questionou quando é que a mesma abriria.-----

----- Afirmou que a responsabilidade era da Junta de Freguesia e que era o que constava do protocolo, logo a questão seria quando abriria a cantina, pois era obrigação da Junta abrir a cantina. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que na sua opinião esta questão envolvia mais que a Câmara municipal e o Senhor Deputado Municipal do PAN, pois envolvia também a Junta de Freguesia e que a mesma não era a entidade a quem se podia fazer perguntas naquela sessão, pois só podia ser interpelada na Assembleia de Freguesia. -----

----- Sugeriu que fosse efetuada uma reunião entre os Senhores Vereadores responsáveis, Junta de Freguesia e o PAN para um esclarecimento recíproco destas matérias, pois estavam a envolver uma entidade que fazia parte da Assembleia

Municipal, estando representada pela Presidente de Junta, mas, a Assembleia Municipal não podia pedir explicações à Junta de Freguesia, dado que não tinha essa competência.-----

----- Sugeriu uma sessão de trabalho para se esclarecerem mutuamente, pois o esclarecimento aos Senhores Deputados Municipais já tinha sido efetuado pela Câmara Municipal. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)** no uso da palavra afirmou querer reiterar as questões levantadas anteriormente ao Senhor Vereador João Afonso, pois pela sensibilidade demonstrada, seguramente todos queriam ter melhor saúde e melhores condições de a exercer em Lisboa, para toda a população. -----

----- Disse que iam continuar a acompanhar todo o processo, reiterando que o Senhor Vereador podia contar com o grupo municipal do PCP, para que se insistisse junto da Administração Regional de Saúde e do Ministério da Saúde, para que se disponibilizassem para discutir o que lhes competia assumindo a responsabilidade que lhes competia, no dossiê da saúde para a cidade de Lisboa. -----

----- Explicou que também era timbre do grupo municipal do PCP envolver os parceiros e levá-los a assumir essa responsabilidade. -----

----- Afirmou que iam continuar a insistir e a acompanhar, querendo várias coisas como as já referidas na primeira intervenção da Senhora Deputada Municipal, mas deixou uma nota, que os cuidados continuados eram uma premência para a cidade de Lisboa. -----

----- **O Senhor Vereador João Afonso** no uso da palavra disse que gostaria de acrescentar que a que a equipa que estava a elaborar o Plano de Saúde, a mesma do Plano Local de Habitação Desenvolvimento e Direitos Sociais, coordenado pela Doutora Teresa Carvalho, estavam no momento a efetuar reuniões com todos os ACS e Agrupamentos de Cuidados de Saúde, no sentido de recolher os dados que permitissem fazer o diagnóstico, ou seja, tinham uma bateria de dados sobre o funcionamento das Unidades de Saúde que estavam a recolher junto dos coordenadores dos ACS para efetuar um primeiro perfil. -----

----- Referiu que houve um perfil feito pela Direção Regional de Saúde, dentro das suas competências, feito pelo Delegado de Saúde, que partindo dessa fase aferiram outros dados que não constavam e tentaram cruzar com outros, como as condições de saúde, laborais, etc. -----

----- Declarou que queria acrescentar que o trabalho que foi feito, com os vários níveis dos Serviços da Administração Regional de Saúde com a intenção de levá-los a este debate a todos os níveis, do diagnóstico à resposta. -----

----- Explicou que não era tão simples, pois era por vezes mais fácil trabalhar com as bases do que com os decisores políticos, mas que queriam trabalhar nos vários níveis, sendo óbvio que uma das grandes preocupações na cidade de Lisboa, mas também do Executivo Camarário, era a situação dos cuidados continuados para o qual não existia resposta, como se as pessoas em Lisboa não precisassem e estivessem condenadas a ser ricas ou remetidas para o degredo, longe das famílias, do ambiente de vida, quando

estão com necessidade de cuidados continuados de saúde, sendo de facto inacreditável. -----

----- **A Senhora Presidente** questionou se mais alguém da Câmara queria usar da palavra, não recebendo nenhum pedido.-----

----- Informou os Senhores Deputados Municipais que tinham chegado ao fim da sessão e que iriam posteriormente, em sede de conferência de representantes, da experiência verificar se haveria alguma coisa a corrigir e que certamente quer na definição dos temas, quer dos tempos, teriam de ser efetuadas correções e melhorias. --

----- Recordou que daquela data a oito dias teriam uma sessão dedicada a declarações políticas, e que os Senhores Deputados Municipais tinham até à segunda-feira ao fim da manhã, para entregar as moções ou recomendações que fossem acompanhar a declaração política. -----

----- Disse que para quem já tinha entregue, poderia manter a mesma ou substituir se assim o entendesse. -----

----- **A Senhora Presidente** agradeceu a presença dos Senhores Deputados Municipais e deu por encerrada a reunião. -----

----- Eram dezoito horas e cinquenta minutos.-----

----- Eu _____, Chefe de Gabinete, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE -----